

Economia

de **Comunhão**

uma nova cultura

rumo à
solidariedade



ECONOMIA DE COMUNHÃO
 uma nova cultura
 Ano VIII – nº 1 – abril 2002
 Suplemento da Revista Cidade Nova

Diretor responsável: Alberto Ferrucci

Endereço para correspondência:
 R. Igino Giordani, 176
 06730-000 – Vargem Grande Paulista – SP
 Fone (+11) 4158.1017
 czfginetta@node1.com.br

Impressão:
 Paulus Gráfica

3	Cartas do mundo	Carla Bozzani
4	EdC: os desafios do século XXI	Alberto Ferrucci
5	Continuamos acreditando	Luigino Bruni
6	Quatro aspectos essenciais da EdC	Chiara Lubich
10	Entrevista com Stefano Zamagni	Benedetto Gui
12	Ginetta e a Economia de Comunhão	Norma Curti
13	Por uma globalização solidária	Alberto Ferrucci
14	Documento de Gênova	New Humanity
17	Documento de Gênova: comentários	Roberto Bertucci
18	Surge o Pólo Industrial "Lionello"	Alberto Frassinetti
20	"Homens novos", construtores de comunhão	Catarina Mulatero
21	Teses e dissertações	Antonella Ferrucci
24	A EdC na República dos Camarões	Patience Lobé
25	O equívoco bem-estar – riqueza	Vittorio Pelligra
26	Diálogo com os leitores	Alberto Ferrucci
	Novo livro sobre a EdC	Cidade Nova



Publicamos alguns trechos de cartas que recebemos de várias partes do mundo, de algumas das 10.800 pessoas e famílias que participam do projeto EdC recebendo uma ajuda financeira, comunicando-nos experiências vivas, verdadeiros testemunhos do Evangelho. No momento presente, a participação dessas pessoas no projeto consiste em viver a cultura da partilha através da comunhão de suas dificuldades financeiras. Assim, superando o embaraço natural de ter que pedir, demonstram uma generosidade maior do que colocar em comum os próprios bens.

As dificuldades financeiras são aliviadas por meio do lucro das empresas e, por ser este ainda insuficiente, é integrado pela ajuda extraordinária "aos 10 mil", ajuda da qual, hoje, todos os membros do Movimento dos Focolares no mundo são convidados a participar.

Não temos mais medo

Antes de recebermos a ajuda, as paredes da nossa casa estavam ruindo, não havia assoalho e a janela do nosso quarto estava quebrada. Quando chovia, colocávamos um pano, preso por pedaços de madeira que o vento sempre derrubava, deixando entrar a chuva e o frio. Agora a casa foi reformada e pode ser fechada: não temos mais medo de que alguém possa entrar e cometer algum mal contra nós.

(Brasil)

Estudar durante a guerra

Um obrigado muito especial, porque com a ajuda que recebemos, os nossos filhos podem continuar estudando. Não sabíamos mais o que fazer nessa situação tão difícil de guerra, na qual muitas pessoas perderam o emprego e quem ainda trabalha não recebe há meses. Esta ajuda é um testemunho de que o nosso país, tão martirizado pela guerra, está no coração de vocês.

(Congo)

Nunca imaginamos que iríamos precisar

Nunca imaginamos que um dia precisaríamos ser ajudados. Utilizamos a ajuda que recebemos para comprar comida, nos lugares onde custa menos, e limitando-nos aos gêneros de primeira necessidade para não desperdiçar o dom de Deus.

(Brasil)

Dinheiro para o telhado

Finalmente estávamos construindo a nossa casa em alvenaria, mas nos faltava o dinheiro para o telhado. Graças à abençoada ajuda que recebemos inesperadamente, agora podemos terminar a casa.

(Santo Domingo)

A sobrevivência de uma viúva

Não consigo expressar por escrito a importância desta ajuda para mim, que sou viúva. Nesta região do mundo, os pobres e as viúvas sofrem muito: há pouca coisa para comer e para vestir, falta tudo. Agora consigo sobreviver.

(Nigéria)

Descobri o valor do dinheiro

Com o dinheiro recebido, consigo estudar e também aprendi o valor do dinheiro. Percebo a importância das coisas que compro e registro tudo para ter certeza de que aquilo que compro é tão somente o que preciso.

(Filipinas)

Tudo para os remédios

Há alguns anos faço parte do grupo predileto dos "10 mil". A ajuda sempre chegou nos momentos mais difíceis, mas especialmente agora, depois de um acidente que deixou muitas seqüelas. Uso tudo o que recebo para comprar medicamentos.

(Paraguai)

Nós também contribuímos

Em 1998 um temporal destruiu a casinha onde iríamos morar com os nossos seis filhos, e meu marido perdeu o emprego. A ajuda que recebemos até hoje cobre as despesas escolares das crianças e, para o restante, confiamos na Providência, que nunca nos abandonou. Pelo contrário, todos os meses conseguimos contribuir com uma pequena quantia para ajudar os "10 mil", dos quais também nós somos parte.

(Paraguai)

Uma ajuda nos planos de Deus

Parece-me que esta ajuda faz parte dos planos de Deus, pois quando chega é suficiente para cobrir exatamente as despesas de luz, medicamentos ou as despesas mais urgentes da casa.

(Brasil)

O sonho de ter um banheiro em casa

Há mais de dez anos tínhamos um sonho: construir um banheiro dentro de casa. Algum tempo atrás começamos a obra fazendo um empréstimo, mas apesar de todos os nossos esforços, não estávamos conseguindo cobrir os custos. Quando usamos as últimas moedas que tínhamos para comprar pão, recebemos a ajuda: experimentamos de forma palpável o amor de Deus e dos irmãos.

(Sérvia)

Dinheiro para a calefação

A família G. mora num condomínio com aquecimento central. Neste último inverno, foram obrigados a desligar todos os aquecedores porque não tinham dinheiro para pagar a taxa de calefação. Já tinham sido ameaçados de terem seus bens confiscados se não pagassem a conta. A ajuda chegou na hora certa para pagar a dívida e permitir um mínimo de calefação no rigoroso inverno, uma vez que na família há um bebê recém-nascido.

(Bulgária)

A alegria de dar e receber

Sou um filósofo, mas, durante o regime comunista, por ter sempre professado a minha fé, fui impedido de trabalhar. Agora, com a ajuda que recebi tive condições de consertar o telhado da nossa casa, que havia se deteriorado. Inicialmente parecia-me uma humilhação receber o dinheiro, mas descobri "novas leis": a alegria e a prontidão de dar corresponde, agora, a receber.

(Croácia)

O dinheiro para a licença

Com a aposentadoria prematura do marido, L. resolveu iniciar um pequeno comércio. Comprava um pouco de verdura na feira e depois a vendia na rua, a fim de conseguir o mínimo necessário para o sustento da família. Porém, não tendo licença para esse tipo de atividade, várias vezes L. acabou dormindo na cadeia. Com a ajuda para os "10 mil" ela conseguiu a licença e agora trabalha com dignidade, ajudada pelo marido. O ponto de venda tornou-se também um modo de estabelecer um diálogo com as pessoas que passam.

(Quênia)

Carla Bozzani

edc@focolare.org



Mesmo diante dos aviões que traspassavam as torres de aço, suprimindo a vida de milhares de pessoas das mais diversas origens, reunidas pelo trabalho, nós continuamos acreditando que a história é guiada pela Providência de Deus, e que até o ato mais cruel é permitido em vista de um bem maior. Sentimos, porém, de forma ainda mais impelente, o compromisso de aceitar os desafios que nos são propostos depois dos dez primeiros anos da Economia de Comunhão.

A primeira década foi de anúncio, de “projetos-piloto”, que se tornaram possíveis graças aos pequenos e grandes atos de heroísmo de todos os que procuraram viver a economia na comunhão. Gestos de heroísmo de mulheres e homens que Chiara define como “... leigos que têm algo de especial, que não se contentam em realizar-se só no trabalho, na carreira ou na simples vida de família: eles não estão satisfeitos (...) se não se dedicam à humanidade”.

No Brasil, alguns deles, que se tornaram empresários pela fé de Ginetta Calliari, e com o apoio dos generosíssimos “pobres, mas muitos” brasileiros que aderem ao ideal da unidade, em poucos anos realizaram a profecia do anúncio da EdC: a Mariápolis Ginetta (anteriormente Araceli), completada com o pólo empresarial, hoje responde plenamente ao designio divino das cidadezinhas do Carisma da Unidade. Ginetta está agora imersa no amor de Deus, juntamente com aqueles que concluíram o seu caminho nesta terra – alguns trabalhando pela EdC, outros, antes que ela fosse anunciada – mas que reconheceram neste Carisma um dom especial de Deus para a humanidade: como Spartaco Lucarini, economista, e Lionello Bonfanti, juiz, cujos nomes foram escolhidos para batizar os dois primeiros pólos empresariais.

Agora cabe a nós aceitar o desafio do futuro, que se tornou tão premente com esses trágicos acontecimentos. Cabe a nós passar do anúncio à difusão da EdC e da cultura do amor no mundo.

Na Escola internacional para os agentes da EdC, em abril de 2001, Chiara nos lembrou a magnitude da missão que nos espera: tendo nascido no Movimento dos Focolares, que é uma Obra de Deus, também a EdC é obra de Deus, e pode ser levada em frente somente por “homens novos”, sustentados por todo o povo do Carisma da Unidade, que tem a mesma natureza.

Esses empresários e trabalhadores podem ser auxiliados em suas tarefas por cursos adequados a eles (que nós chamamos de escolas), a serem realizados onde eles atuam e quando estiverem disponíveis; escolas que os levem a participar dos dons do Carisma e da nova cultura e teoria econômica; escolas em que poderão ser enfrentados os problemas concretos de dia-a-dia, com a experiência de quem já atua neste campo.

Na sua participação durante a Escola internacional, o Prof. Zamagni lançou três desafios: para levar à humanidade o dom da EdC é necessário que o projeto supere o estado de “massa crítica”, além do qual o seu desenvolvimento torna-se automático; para que a EdC influencie a sociedade, é preciso que estabeleça um diálogo com as outras experiências semelhantes e com o mundo político, a fim de que suas inovações também sejam transformadas em leis capazes de influenciar a sociedade; é preciso, por fim, criar escolas nas quais não só se divulgue, mas também se produza, o conhecimento.

Para sustentar o desenvolvimento da EdC até atingir a “massa crítica” é preciso que em outros países surjam pólos empresariais, seguindo o exemplo do Brasil: foi lançado, então, o pólo empresarial de Loppiano, junto à Mariápolis Renata, a cidadezinha que é ponto de referência para as empresas italianas da EdC.

Além disso, foi anunciada a constituição de uma Fundação para a Economia de Comunhão, que promoverá o projeto EdC em seu conjunto, iniciando pelo desenvolvimento de pólos empresariais e de empresas próximas às demais cidadezinhas de testemunho.

Em vários países foi anunciado o surgimento de Associações da EdC, para ajudar o crescimento, em economia e em comunhão, das empresas da EdC que até agora não tiveram a possibilidade de partilhar problemas, questionamentos, perspectivas e sucessos. Elas possibilitarão a realização de uma rede de comunicação e ajuda recíproca entre empresas, aberta à realidade local e também à comunidade mundial, graças a um portal na Internet, em fase de constituição (edc-online.org), em italiano, inglês e espanhol, com um setor reservado a quem adere ao projeto.

Em relação ao diálogo com outras experiências, os relacionamentos tecidos anteriormente com organizações internacionais e ONGs desembocaram no congresso “Por uma globalização solidária rumo a um mundo unido”, que antecedeu o encontro do G-8, em Gênova. A partir do projeto EdC e das instâncias dessas organizações, foi elaborado o “Documento de Gênova”, com a proposta do “Fundo Jovens do Mundo”. Uma proposta que, se fosse adotada, possibilitaria não só a resolução – sem restringi-la unicamente à política – do problema da fome, da saúde e de um futuro ativo para as novas gerações, mas que poderia também influenciar os atuais mecanismos de acumulação da riqueza, bem como o comportamento socialmente responsável dos principais protagonistas da economia mundial.

Nesta ocasião, assim como em outras, deu-nos esperança o fato de constatar que políticos de boa vontade, de vários países, percebem que desta experiência – pequena, mas aberta à fraternidade universal – podem nascer soluções alternativas à indiferença e ao confronto

militar, para os grandes problemas atuais, dos quais ninguém mais pode dizer-se protegido.

Se estamos conscientes do “talento” que Deus nos deu para organizar e produzir, não podemos construir “três tendas” e viver satisfeitos com as nossas escolhas pessoais.

A EdC nasceu na Obra de Maria, isto é, daquela jovem judia que, à espera da vinda do Filho de Deus entre os homens, olhando para a obra do Onipotente, profetizava o futuro: “... despedirá os ricos de mãos vazias e elevará os humildes”.

Alberto Ferrucci

alberto.ferrucci@prometh.it

Continuamos acreditando

Luigino Bruni
bruni.l@microeletra.it



No entanto, nós continuamos acreditando.

Sim, apesar da violência racional e louca, do ódio que se tornou um teorema elegantíssimo, de uma enorme tragédia que nos é contada como um filme de guerra, nós continuamos acreditando que a “cultura do amor”; a lei do Evangelho, o paradigma do amor recíproco não são desejos de adolescentes e sim o caminho para a construção de um mundo novo, no qual as razões e as causas da injustiça e da violência serão eliminadas pela raiz.

Mais ainda: nós continuamos acreditando que o mundo tende à unidade, mesmo quando, como o filho pródigo, come a lavagem dos porcos mas anseia pela casa do Pai.

É com esta certeza, alimentada por um carisma que brotou do coração de um Deus crucificado, totalmente vulnerável, que todos nós da EdC respondemos ao ódio com um amor novo, maior, para que se realize uma economia e uma ordem mundial de comunhão, fazendo a nossa parte até as últimas conseqüências para que o dia 11 de setembro de 2001 não seja lembrado pelos livros de história como o início do novo milênio, mas como o canto do cisne do velho mundo.

É neste contexto e com este espírito que publicamos o discurso proferido por Chiara Lubich à Escola para empresários e agentes da EdC, que se realizou em Castelgandolfo de 5 a 8 de abril de 2001. Esta escola foi, sem dúvida, o evento mais significativo da história da EdC, após aquele feliz mês de maio de 1991, no Brasil.

Creio poder afirmar isso por três razões.

Antes de mais nada a escola foi uma oportunidade para aprofundarmos, após esses anos de vida e de reflexão, as primeiras linhas de vida e de pensamento que, graças ao empenho, à tenacidade e à fé dos nossos empresários, estudantes, estudiosos e trabalhadores, estão emergindo e tornando-se a “carteira de identidade” da empresa EdC. Tais linhas de vida e de pensamento, que surgiram a partir da contribuição de várias culturas com suas diferentes sensibilidades, agora podem se tornar patrimônio comum do movimento EdC mundial.

Em segundo lugar, a escola satisfaz uma exigência sentida em várias partes do mundo e há muito tempo: a de se realizar um congresso realmente internacional. No decorrer desses dez anos aconteceram muitos momentos de encontro, de intercâmbio e de comunhão, mas sempre em nível regional ou nacional.

Mas sobretudo, nunca contaram com a presença de Chiara.

De fato, o terceiro motivo – o mais profundo – que fez da escola de abril o evento mais importante após o lançamento da EdC foi o discurso de Chiara.

Há dez anos de distância, a escola ofereceu-lhe a oportunidade de olhar para esta sua criatura, que neste espaço de tempo cresceu e amadureceu. Preparar o seu discurso, dialogar conosco para elaborar todos os detalhes da programação, foi uma ocasião propícia e muito oportuna para fazermos um check-up, revelando tudo o que há de positivo (e muito!), e alguns passos que devem ser dados.

De fato, hoje, a EdC não é mais apenas um projeto ou uma profecia: é uma realidade, vista com esperança por muitas pessoas que buscam novos caminhos, num sistema econômico repleto de expectativas e de contradições. Ao mesmo tempo, dez anos são um espaço de tempo suficiente para refocalizar a identidade do projeto e para dar-lhe um novo impulso.

O impulso foi dado: agora cabe a nós voar alto, perseverar e produzir frutos abundantes.



Chiara Lubich

Quatro aspectos essenciais da EDC

Chiara Lubich à Escola Internacional de Empreendedores e Agentes da EDC – Castelgandolfo, 5 de abril de 2001, dez anos após o lançamento do projeto.

Caros empresários, funcionários e dirigentes das empresas da Economia de Comunhão, professores, estudantes, membros das comissões da Economia de Comunhão e do Bureau da Economia e do Trabalho, Senhoras e Senhores, encontramos-nos aqui para aprofundar a ainda pequena mas importante experiência econômica que se iniciou em 1991, no Movimento dos Focolares, e que se desenvolveu até agora quase exclusivamente no seio do Movimento, com o nome de “Economia de Comunhão”. Neste congresso ela será estudada, aprofundada, perscrutada segundo os vários critérios que os senhores, empresários, professores de economia e estudiosos, julgarem oportuno.

Pessoalmente eu gostaria de oferecer alguns pensamentos que constituiriam seu embasamento, desde o início, em São Paulo (Brasil), e que a animou, a anima, sustenta e deverá sempre sustentá-la para garantir a sua autenticidade.

O que me leva a isso é um motivo que não podemos negligenciar: *a Economia de Comunhão não é uma atividade unicamente humana, fruto simplesmente de idéias e de projetos elaborados por homens, ainda que capacitados. Ela é uma expressão do Movimento dos Focolares, que é uma Obra de Deus. Obra de Deus, apesar de Ele, o Altíssimo, gostar de usar, como seus instrumentos, para atingir os seus objetivos, homens e mulheres deste mundo. Resultado: se a Economia de Comunhão é parte de uma Obra de Deus, ela também é Obra de Deus, pelo menos em seu espírito e nos seus aspectos essenciais.*

Assim sendo, torna-se óbvio e sábio conhecer e aprofundar como ela foi prevista e inspirada no Céu, e como, aqui na terra, foi por nós concebida e plasmada. Em prática, como ela foi conduzida por aquele carisma da unidade, dom de Deus, que suscitou, desenvolveu e continua levando em frente o nosso Movimento na sua globalidade. Mas, quais e quantas são as sugestões, as intuições e as inspirações que guiaram até aqui a Economia de Comunhão? Parece-me não são poucas e são de muito valor.

Permitam-me, senhores, que agora tome em consideração quatro delas, que vieram em evidência durante os dez anos de vida da Economia de Comunhão.

Trata-se, neste momento, de reconsiderá-las juntos, para interpretá-las corretamente e atuá-las com grande fidelidade. Elas se referem à finalidade da Economia de Comunhão, isto é, o objetivo pelo qual ela surgiu; à “cultura da partilha”, que é a sua característica; aos “homens novos”, que não podem faltar para administrá-la; às “escolas de formação” para tais homens e mulheres, absolutamente necessárias e que devemos promover.

A finalidade da Economia de Comunhão

Chiara Lubich

A finalidade da Economia de Comunhão está escondida no seu próprio nome: uma economia que tem a ver com a comunhão entre os homens e com os bens.

De fato, sendo a Economia de Comunhão um fruto do nosso

Ideal, esta sua finalidade não pode ser senão uma expressão parcial da finalidade peculiar do nosso Movimento, ou seja: trabalhar para a unidade e a fraternidade de todos os homens, solicitada pelas palavras-oração de Jesus ao Pai: “Que todos sejam um”, tornando-se assim um só coração e uma só alma, mediante a caridade recíproca.

Unidade que pode se realizar com a nossa característica “espiritualidade da unidade”.

No que concerne às indicações que pudemos ter recebido do Alto, vemos que a finalidade da Economia de Comunhão está presente desde 1991, ano do seu surgimento, num escrito em que lemos:

«Para a glória de Deus ela surgiu a fim de que revivamos o espírito e a práxis dos primeiros cristãos: “A multidão dos que haviam acreditado era um só coração e uma só alma. (...) Não havia entre eles necessitado algum” (cf At 4,32-34)».

Em 1994 se reforça: «Se nós atuarmos a Economia de Comunhão, com o tempo, poderemos ver realizada na nossa Obra uma maravilhosa página da Igreja nascente: “A multidão (...) tinha um só coração e uma só alma (...), tudo era em comum. (...) Não existia necessitados entre eles” (At 4,32-34)».

Ainda no ano de 1994, a fim de que tivéssemos sempre diante de nós a importância da Economia de Comunhão e a sua finalidade, recordamos os seus primeiros passos de modo que ela não perca o seu brilho. Repetimos aquelas palavras para que elas nos ajudem também hoje:

«Quando anunciamos a Economia de Comunhão, em 1991, o Movimento inteiro teve um frêmito de alegria e todos ficamos convencidos e conquistados pelo projeto. Era evidente, para nós, que, na mesma casa (o Movimento), não podiam conviver pessoas que passam fome e pessoas que têm o que comer.

Foram colocados à disposição terrenos e casas; as pessoas se desfizeram de objetos valor

afetivo: jóias de família, por exemplo; cogitaram-se os mais diversos métodos que pudessem orientar as empresas para os objetivos da Economia de Comunhão. Um verdadeiro espetáculo de amor, não só na Itália, mas no mundo inteiro».

No ano seguinte, para melhor atuar a finalidade da Economia de Comunhão e para encorajar a sua atuação, foram apresentados esses nossos irmãos e irmãs já beneficiados por ela:

«Mas quem são esses nossos irmãos? Eu os conheço e vi alguns deles em fotografias: sorridentes, cheios de dignidade, orgulhosos por serem filhos de Deus e desta Obra. Não lhes falta tudo, mas alguma coisa.

Precisam, por exemplo, livrar-se do tormento que os oprime dia e noite. Precisam ter a certeza de que eles e seus filhos terão o que comer; de que a sua casa, por vezes um barraco, um dia vai mudar de aspecto; de que os filhos poderão continuar a estudar; de que aquela doença, cujo tratamento tão caro é sempre adiado, finalmente poderá ser tratada; que o pai poderá conseguir um emprego.

Sim, são esses os nossos irmãos necessitados; e, não raras vezes, também eles ajudam, de alguma forma, os demais. São um tipo de Jesus bem determinado, que merece o nosso amor e que, um dia, nos repetirá: "Tive fome, estava nu, não tinha casa, ou estava com a casa arruinada... e vocês...". Sabemos o que nos dirá».

Conhecemos, portanto, a finalidade da Economia de Comunhão. Mas, de que modo atingi-la?

A cultura da partilha

Nos nossos ambientes, nos nossos Congressos, falamos dela muitas vezes e nos parecem muito bonitas essas palavras. Não serão o antidoto à cultura do "ter" que domina a economia atual? Certamente sim.

Às vezes, podemos depositar uma confiança excessiva na expressão: "cultura da partilha", dando-lhe uma interpretação um tanto simplista e reduzida. Com efeito, nem sempre ela significa despojar-se de algo para ser doado. Na realidade, tais palavras exprimem a típica cultura que o nosso Movimento traz em si e irradia pelo mundo: a cultura do amor.

A "cultura do amor", daquele amor evangélico profundo e exigente, que é a palavra-síntese de toda a Lei e dos Profetas; por conseguinte, de toda a Escritura, de forma que, quem quiser possuir esse amor, não poderá eximir-se de viver o Evangelho por inteiro.

Mas como isso pode se concretizar? Em 1991, também escrevemos o seguinte sobre a "cultura da partilha": «Ao contrário da economia consumista, baseada na cultura do "ter", a Economia de Comunhão é a economia da partilha. Isso pode parecer difícil, árduo, heróico. Mas não é assim, pois o homem, criado à imagem de Deus, que é Amor, encontra a sua realização justamente no amor, na partilha.

Essa exigência reside no mais profundo do seu ser, quer ele tenha fé ou não».

E concluímos:

«E é nesta constatação, comprovada pela nossa experiência, que se encontra a esperança de uma difusão universal da Economia de Comunhão, num amanhã».

Prevê-se, portanto, que a Economia de Comunhão poderá um dia ultrapassar as fronteiras do nosso Movimento. Sempre a respeito da partilha, mas também das suas maravilhosas conseqüências, encontramos escrito no ano seguinte, em 1995:

«Doar, doar, atuar a "partilha". Suscitar, incrementar a "cultura da partilha".

Doar aquilo que temos a mais ou mesmo o necessário, se assim sugere o nosso coração. Doar a quem não tem, sabendo que essa forma de investir os nossos bens produz um rendimento desmedido, porque quando doamos abrimos as mãos de Deus. E Ele, na sua Providência, nos cumula abundantemente, para podermos doar ainda e muito mais, e receber de novo, satisfazendo assim as imensas necessidades de muitas pessoas».

A Economia de Comunhão não nos pede somente o amor aos necessitados, mas a todos, porque assim requer a espiritualidade da unidade. Portanto, requer que amemos todas as pessoas ligadas à empresa. Num escrito se diz, por exemplo: «Vamos doar sempre: um sorriso, a nossa compreensão, o perdão, a escuta; doemos a nossa inteligência, a nossa vontade, a nossa disponibilidade; doemos as nossas experiências, as capacidades. Dar: seja essa a palavra que não nos dará tréguas».

Em 1995, damos o significado preciso e profundo do dar:

«Mas o que é a cultura da partilha?

É a cultura do Evangelho, é o Evangelho, pois nós entendemos o dar através do Evangelho. "Dai – está escrito no Evangelho – e vos será dado; uma boa medida, calcada, sacudida, transbordante será derramada no vosso regaço" (Lc 6,38). E é isso que experimentamos diariamente.

Se todos vivessem o Evangelho, os grandes problemas do mundo não existiriam, porque o Pai do céu interviria para realizar a promessa de Jesus: "... e vos será dado"».

Ademais, durante estes anos, não nos faltaram fortes impulsos sobre o significado mais simples do dar, sobre o dar de maneira concreta, particularmente através do ensinamento de alguns santos. São Basílio, diz: «Pertence ao faminto o pão que você reserva; ao homem nu, o capote que você conserva nos seus baús; aos indigentes, o dinheiro que você esconde. Você comete tantas injustiças quantas são as pessoas as quais poderia dar tudo isso».

E São Tomás de Aquino: «Quando os ricos consomem para os seus objetivos pessoais o supérfluo necessário para a subsistência dos pobres, estão roubando».

Mas hoje, encontrando-nos entre pessoas responsáveis de empresas, eu gostaria de recordar outro escrito: «Não basta um pouco de caridade, uma ou outra obra de misericórdia, algum pequeno supérfluo de pessoas, individualmente, (para atingir o nosso objetivo): é necessário que empresas inteiras coloquem em comum, livremente, o próprio lucro».

Homens novos

No decorrer da década 1991-2001, se evidencia, enfim, a necessidade de formar e contar com “homens novos” para desenvolver a Economia de Comunhão.

Mas quem são esses “homens novos”? São, principalmente, leigos. São aqueles leigos que, hoje, estão vivendo um momento privilegiado.

Creio que conhecemos aquelas palavras de sabedoria do Antigo Testamento que dizem: «Há um momento para tudo e um tempo para todo propósito debaixo do céu. Tempo de nascer, e tempo de morrer (...). Tempo de calar, e tempo de falar. (...) Tudo o que Ele fez é apropriado ao seu tempo» (Ecl 3,1-11)

Pois bem, que tempo é esse em que nós vivemos? Que tempo é esse para a Igreja? João Paulo II assim nos diz: «A época que estamos vivendo pode ser chamada de época dos leigos». Pois bem, se é assim, este é o nosso tempo, o dos leigos.

Já que Deus conduz a grande história do mundo e do universo e, ao mesmo tempo, a nossa pequena história, a história de cada um de nós, suas criaturas, devemos perguntar a nós mesmos: “O que Deus espera de nós, leigos, hoje?” A resposta já foi dada pelo Espírito Santo de duas maneiras: por meio do Concílio Vaticano II e dos novos Movimentos surgidos na Igreja.

A mensagem do Concílio é esta: os leigos devem se santificar onde se encontram, no mundo. Portanto, como operários, funcionários, professores, políticos, economistas, motoristas, donas de casa e assim por diante.

E, lá onde estão, devem cristianizar (renovar com o Evangelho) os diversos âmbitos da convivência humana, com o testemunho e com a palavra, porque o Espírito Santo concedeu aos leigos dons especiais para tanto.

Os vários Movimentos constituem, ainda, caminhos diferentes uns dos outros, que ajudam os leigos a realizar o que o Concílio espera deles: santificar-se, animando as realidades humanas. E podem fazê-lo justamente e especificamente com o Evangelho, vivendo o Evangelho de forma integral.

De fato, os Movimento possuem essa característica: os seus membros são chamados ao radicalismo da vida evangélica, a viver o Evangelho com autenticidade: uma grande vocação que eleva a dignidade deles.

Por meio deles, o Evangelho pode penetrar realmente em cada aspecto do mundo da economia e do trabalho, da política, do direito, da saúde, da educação, da arte, etc., transformando tudo, assim como acontece no nosso Movimento. Com uma economia nova, que coloca o homem no centro e destina os lucros aos necessitados; ou com uma política nova, em que é requerido, na essência da vida de cada político, o amor pelo outro, mesmo pertencendo a partidos opostos, para se compreenderem e se completarem. E, mantendo as próprias identidades, os próprios compromissos, trabalhar juntos para salvaguardar os sacrossantos valores do homem, do bem comum.

Em 1998, num escrito nosso, afirmamos que talvez pela primeira vez no nosso planeta, são os leigos, mas leigos especiais que são chamados a exercer esta função. Os conceitos são esses:

«Quando consideramos a Economia de Comunhão, devemos focalizar um dos fatores que a torna bela, viva, exemplo para o mundo: ela foi suscitada e é conduzida por leigos.

Eu me lembro de um período no qual se dizia que o leigo devia somente aprender. Igino Giordani, como leigo, se sentia, por isso, um proletário na Igreja.

Hoje, após o Concílio Vaticano II, graças aos novos Movimentos como o nosso, que foi criado por leigos, vemos o quanto o leigo é protagonista. Por quê? Porque se está descobrindo, com grande gratidão a Deus, com admiração e não sem surpresa, que sobretudo certos leigos, hoje, possuem algo de especial. Eles não se satisfazem em realizar-se só no trabalho, na carreira, ou na simples vida de família. Isso já não é mais suficiente. Eles não estão satisfeitos, não se sentem autênticos se não se dedicam também, e de forma explícita, à humanidade».

Portanto, a decisão de trabalharem na Economia de Comunhão, ao invés de ser um peso para eles, é uma alegria, por terem encontrado o modo de se realizarem plenamente.

É um fato comovente! Eles poderiam embolsar os lucros obtidos, comprar um casaco de pele para a esposa, novos presentes para seus filhos, um carro para o filho... Mas não o fazem, pois vivem por um grande Ideal e são coerentes.

Eles se santificam não apesar da política, da economia, etc., mas justamente na vida política, na vida econômica, etc. Que Deus os abençoe e dê a eles o centuplo já aqui nesta vida e, depois, a vida eterna. Como são, ainda, esses “homens novos”?

São, acima de tudo, pessoas de grande fé, porque possuem uma profunda vida interior. É o que dizíamos já em 1998:

«Se, trabalhando na Economia de Comunhão, vivermos o Evangelho, procurarmos o Reino de Deus, porque nos relacionamos com os nossos operários, mas tratando-os de Jesus para Jesus; com os clientes, mas, de Jesus para Jesus; com os concorrentes, mas, de Jesus para Jesus; se fizermos assim, o Eterno Pai cuidará de nós. E verificaremos, no mundo da Economia de Comunhão, pequenos ou grandes milagres obtidos pela graça. Empresas que antes tinham três operários e passam a ter mais de 200... Indústrias que estavam para fechar e, por não perderem a esperança, adiam essa decisão: “Deixemos para amanhã”, e, nesse ínterim, chegam todos os meios necessários para superar a crise.

Existe Alguém, portanto, existe um outra caixa/outro cofre que não é o que temos no nosso escritório: é um cofre/caixa Celeste, que se abre no momento oportuno».

Em 1998, se abrem novos horizontes. A Economia de Comunhão exige novos passos, e, ao mesmo tempo, é visível que ela enobrece os que trabalham no projeto e lhes dá dignidade. «É necessário que a Economia de Comunhão não se limite a exemplificações, criando empresas inspiradas nela, ilustradas por comentários de pessoas com maior ou menor competência. Ela deve se tornar uma ciência, com a participação de economistas preparados, que saibam delinear a sua teoria e a sua prática, confrontando-a com outras correntes econômicas, suscitando não somente teses de conclusão de curso, mas escolas nas quais muitas pessoas possam buscar fundamentos.

Uma verdadeira ciência, que dignifique quem deve demonstrá-la com fatos e represente uma verdadeira “vocação” para os que a ela se dedicam de alguma forma».

As escolas

Para atuar a Economia de Comunhão são necessários, portanto: um objetivo claro, a “cultura da partilha” e “homens novos”. Mas os “homens novos” são aqueles que vivem o Evangelho de maneira muito atual. Vivendo o amor recíproco, assumem, em prática, a espiritualidade da unidade, que gera Jesus em nosso meio.

E quanto a isso não podemos deixar de exultar, porque justamente a espiritualidade da unidade ou de comunhão se tornou, nessas últimas semanas, como foi dito com autoridade:

«A base sobre a qual a Igreja atua neste momento». O Santo Padre escreveu na *Novo Millennio Ineunte*, no parágrafo 43:

«Antes de programar iniciativas concretas é necessário promover uma espiritualidade da comunhão (...). Espiritualidade da comunhão significa (...) capacidade de sentir o irmão (...) como “alguém que me pertence”, para saber compartilhar as suas alegrias e os seus sofrimentos, para intuir (...) e buscar soluções para as suas necessidades (...). Espiritualidade da comunhão é também a capacidade de ver, antes de mais nada, aquilo que existe de positivo no outro, para acolhê-lo (...) como dom de Deus: um “dom para mim” (...). Espiritualidade de comunhão é, enfim, saber “dar espaço” ao irmão, carregando “o peso uns dos outros” (Gal 6,2)».

A Economia de Comunhão foi possível porque nasceu no contexto de uma cultura particular, a cultura do amor, que requer comunhão, unidade, e estimula a pensar num mundo novo, a criar um povo novo, com uma cultura nova, que tem em si aqueles valores que mais almejamos.

De fato, «por que a Economia de Comunhão progrediu? – encontramos escrito. Porque é promovida por pessoas do Movimento, que são formadas segundo o nosso Ideal».

E por que hoje – devemos acrescentar a esta pergunta – em algumas partes do mundo esse desenvolvimento, de certa forma, arrefeceu? Por vários motivos, com certeza válidos, mas um deles – e não é o último em grau de importância – porque pode ter faltado uma formação adequada a esta cultura. Por isso é urgente iniciar escolas para empresários, economistas, professores e estudantes de economia, para todos os membros da empresa.

A Escola para políticos que querem aderir ao “Movimento da Unidade”, já está funcionando, uma vez por mês, nas proximidades do Parlamento de Roma, e é muito apreciada. Quem sabe ela poderá inspirar como concretizar essa formação!

Trata-se de seguir um itinerário espiritual, um caminho, percorrendo as várias etapas que serão propostas por um membro do Movimento dos Focolares, que tenha experiência, para que sejam concretizadas no quotidiano. Trata-se, ademais, de considerar suas implicações no mundo dos negócios e de oferecer experiências válidas, que as confirmem. O programa, que deveria durar cerca de duas horas, deveria ser encerrado com comentários e propostas das pessoas presentes.

Algo “simples e realizável” – assim se exprimiu um parlamentar que estava presente. Esperamos que os empresários digam o mesmo.

Este ano será dedicado, de maneira particular, justamente à realização das primeiras escolas para a Economia de Comunhão. O nosso carisma assim o quer. A experiência da Economia de Comunhão no mundo exige isso.

Chiara Lubich

Castelgandolfo, 5 de abril de 2001



Entrevista com Stefano Zamagni

Escola de Empresários
de Economia de
Comunhão

7 de abril de 2001



Na sua opinião, qual é a contribuição, a mensagem específica, hoje, da Economia de Comunhão?

Na minha opinião, a especificidade do projeto não está tanto em colocar em comum o lucro e nem mesmo na luta contra a pobreza, elementos estes que estão presentes também em outras experiências. Ela se encontra numa característica própria da atual fase histórica, característica que comporta o risco de uma forma especial de desumanização das relações econômicas. Trata-se do fato de que, na época da globalização, a nova regra da convivência parece ser a competição.

Ora, se é verdade que dentro da esfera econômica existe a competição – pelo menos desde o surgimento da economia de mercado – a novidade de hoje é que o paradigma da competição está se estendendo também aos outros âmbitos da vida associada.

Já entrou na esfera da política, que vem se deteriorando. Está entrando na família. Hoje o modelo de educação preponderante nas nossas famílias é o da competição. Os pais educam os filhos segundo o critério da competitividade. Logicamente fazem isso em boa fé, porém errando, pois pensam que assim estão preparando os filhos para inserirem-se melhor no mercado de trabalho.

Estamos vendo os resultados: a Organização Mundial da Saúde publicou recentemente a alarmante notícia de que cerca de 20% dos jovens sofrem de distúrbios psíquicos ou neuro-psíquicos. Pois bem, o princípio controlador da competição tende a produzir resultados aceitáveis e convenientes quando é circunscrito à esfera das relações econômicas, porém produz graves danos quando se estende aos outros âmbitos sociais. De fato, se a regra da convivência se torna a competição, é claro que o “outro” passa a ser concebido como o meu adversário, como alguém que deve ser vencido.

Dessa concepção provém o paradoxo: sabemos que, para sermos felizes, precisamos do outro. Não podemos ser felizes sozinhos. Então, o que fazer para ser felizes se a regra de organização das relações humanas tende a nos fazer ver os outros como adversários?

Esta é uma novidade que deve ser frisada com força. Em tempos passados existia, sim, a competição, mas no âmbito do mercado. Na família, na política, na vida civil ou associada, eram aplicados outros paradigmas, como historiadores e antropólogos documentam.

A fase atual nos fornece riquezas maiores e crescentes, isto é, aumenta os níveis de utilidade, mas ao mesmo tempo não nos ajuda a sermos mais felizes. Quando a polaridade vencedor-perdedor entra nas famílias, as

fragmenta: rompe os relacionamentos entre os cônjuges, entre pais e filhos, etc. O mesmo vale para a política, com os efeitos que bem percebemos.

Então começamos a compreender porque precisamos da Economia de Comunhão, isto é, de um modo de produzir riqueza que reforce o vínculo interpessoal por meio da demonstração concreta de que é possível estar dentro do mercado – e, portanto, ser competitivos – sem sofrer o condicionamento derivante de uma estrutura motivacional que considera a maximização do lucro como única finalidade da atividade econômica. Os cristãos nunca desejaram a miséria, pois a miséria tira toda beleza. A miséria, diz São Basílio de Cesaréia, induz ao pecado. Nós não podemos querer o pecado. Portanto não devemos querer a miséria.

Vendo os resultados alcançados em dez anos, desde o seu lançamento, que metas a EdC poderá atingir nos próximos dez anos, e que desafios esperam por ela num futuro próximo?

Eu diria que, neste momento, a EdC se encontra numa encruzilhada e deve decidir entre dois caminhos alternativos: não pode ficar em cima do muro.

- A primeira alternativa é a de criar um nicho no mercado e de se fortalecer o máximo possível dentro desse nicho. Muitos autores acreditam que a esta altura a economia, na época da globalização, prossiga como um Moloch irrefreável e que o que podemos fazer é conquistar um espaço no qual possamos agir segundo o critério de valor em que livremente acreditamos. Segundo essa posição, a EdC possuiria pouco mais do que o valor de um testemunho.

Esta alternativa é, por si só, de renúncia. Ela lembra, de certa forma, a página evangélica da transfiguração, quando os apóstolos dizem a Jesus: vamos ficar aqui, pois estamos bem, façamos três tendas... Conhecemos a resposta de Jesus. Embora a tentação seja forte, devemos resistir.

- A segunda alternativa é que a EdC ultrapasse, dentro de poucos anos, provavelmente na próxima década, o ponto de transformação representado pela massa crítica. Isto é, que cruze o limiar dimensional além do qual esta experiência começa a ser contagiosa. Não podemos esquecer, de fato, que as doenças infecciosas não são as únicas a contagiar, mas também as boas ações, isto é, as virtudes, segundo o ensinamento de Aristóteles. Quais são as condições para que a EdC possa atingir a massa crítica e, portanto, se torne fermento? Indico três, que considero as mais relevantes.

A primeira condição é a de iniciar uma estratégia de alianças com outras experiências que, atuando no campo econômico e social, se baseiam em princípios que tenham consonância com os nossos, ou seja, que demonstrem

Benedetto Gui
gui@decon.unipd.it

“Os poços dos quais mais se retira água, fazem com que ela jorre mais facilmente e em maior abundância. Quando ficam em repouso, os poços apodrecem. Também as riquezas paradas são inúteis; se, pelo contrário, circulam, passando de um para outro, são de utilidade comum e frutificam”.

Da homilia de São Basílio de Cesaréia (329-379), Padre da Igreja do IV século d.C., sobre “o bom uso das riquezas”.

Basílio compreende o significado do uso da riqueza e ensina que o cristão não condena a riqueza enquanto tal, mas o uso que é feito dela. Como bispo, São Basílio fundou, no ano 370, a primeira cidade da caridade, chamada de Basilíade.

ser alimentadas por uma paixão verdadeira, autêntica pelo ser humano. Devemos chegar ao ponto em que os países nos quais a EdC atua, estabeleçamos alianças de um tipo ou de outro. Nessa idéia reside o significado próprio do conceito de Economia de Comunhão. A economia civil é um espaço econômico no qual encontram espaço todas as formas de empresa (EdC, cooperativas

sociais, organizações sem fins lucrativos), nas quais o elemento da relacionalidade é característico do seu modus agendi.

A segunda condição está ligada ao relacionamento com a esfera política. Para atingir a massa crítica é preciso que certas transformações aconteçam também no âmbito institucional. Refiro-me, em especial, às mutações na arquitetura jurídica, civil e fiscal.

Pensemos, por exemplo, na importância que hoje têm as ONGs. Tornaram-se verdadeiros sujeitos de produção jurídica, mesmo não tendo representatividade política. No entanto, no cenário internacional poderiam exercer um poder enorme de condicionamento: em relação ao Banco Mundial, ao Fundo Monetário Internacional, a outros organismos. A política assumiu não apenas o léxico, mas também as categorias de pensamento do mundo econômico. E isto é um mal, pois a política deve continuar sendo o espaço designado à busca do bem comum. Ela não pode servir para garantir a somatória dos bens particulares.

Se a política se tornar o instrumento de solução do problema econômico, o que será do bem comum? A EdC deve tornar-se uma engrenagem que entra nos mecanismos através dos quais se chega às novas leis, a tomar decisões em nível político, etc.



Stefano Zamagni

Desenvolver uma certa relação entre a esfera econômica e a esfera política significa salvar a política daquela contaminação a que me referi anteriormente.

Por fim, a terceira condição é a que se refere ao nível cultural propriamente dito. Chiara propôs escolas para a EdC e tem toda razão. A história nos ensina que nenhum projeto inovador se realizou sem uma reflexão sistêmica, científica. Toda grande inovação na esfera econômica e social sempre foi acompanhada, e muitas vezes precedida, por uma adequada elaboração cultural. Se não for assim, as experiências não se sustentam.

É preciso, portanto, realizar escolas. Escola é o espaço onde não só se difunde o conhecimento, mas sobretudo se produz. Não podemos distribuir o que não possuímos. São necessárias escolas para a formação profissional, mas precisamos, principalmente, de escolas onde se produza um novo saber, de escolas onde se cultiva a gratuidade da verdade, pois quem não cultiva tal gratuidade, mais cedo ou mais tarde acaba esquecendo de praticar a verdade útil.

Existem limites da razão que, especialmente em determinadas circunstâncias, emergem com grande evidência. Eles estão ligados ao fato de que muitas dívidas intelectuais não podem ser saldadas de modo satisfatório. É justamente por isso que a mente, no seu esforço de equiparar em toda parte débito e prestação, deixa em aberto a perspectiva do coração, se o coração é o lugar dos sentimentos, no sentido de disposição da alma, isto é o espaço do amor. O amor intervém no momento em que percebe que a razão é inadequada para dar o que é de direito a todos aqueles por meio dos quais se obteve.

O fundamento da cultura da partilha não pode ser apenas um ato da razão, embora seja necessário. É preciso que a cultura da partilha encontre a sua plena realização no coração. Eis porque considero que uma escola para a EdC deve levar à síntese aquilo que o pensamento moderno separou, a trágica separação entre a mente e o coração, entre o espaço dos sentimentos e o espaço da razão.

Sou do parecer de que esta caracterização poderia representar algo de novo também para os outros espaços de produção do conhecimento, como, por exemplo, as universidades, que são cada vez menos espaços de convergência à verdade e cada vez mais pluri-versi, incapazes de alimentar o pensamento crítico.

Nisto reside a nova esperança, a esperança de que tanto precisamos nesta época. Como nos lembra Charles Peguy, “a virtude que mais amo é a esperança. Comparando-a com as duas irmãs maiores (fé e caridade), parece que ela se deixa arrastar, no entanto é ela que faz com que as outras duas caminhem”.

Ginetta e a Economia de Comunhão

"Nós nos orgulhamos desse trabalho social e em especial da Economia de Comunhão (...). Se esta nova economia, que Ginetta Calliari implantou aqui e que tem a possibilidade de se espalhar pelo Brasil, permanecer apenas como quimera depende de cada um de nós".

Estamos em Brasília, no dia 25 de abril de 2001, na Câmara dos Deputados. Quem fala é o Deputado Enio Bacci, que preside a Sessão solene em homenagem a Ginetta Calliari. Estão presentes muitos deputados e, no total, mais de 700 pessoas. A EdC chegou ao vértice da nação que a viu nascer: Ginetta consumou a vida para que ela germinasse e produzisse frutos abundantes.

Desde sempre Ginetta aspirou pela justiça. Não foi por acaso que Chiara Lubich, ainda nos primeiros anos de Trento, pediu a ela que lesse, em seu nome, a carta que marcou o início da comunhão de bens no Movimento dos Focolares. «O efeito foi surpreendente e imediato – conta sua irmã, Gis. As pessoas se despojaram logo de tudo e entregaram a Ginetta o que tinham: dinheiro, relógios, frutas, verduras, ovos, tudo! Era um dos primeiros sinais daquela fé carismática de Ginetta, fé total nas palavras de Chiara...».

Ginetta sofreu muito com o problema da pobreza, assumindo-o como próprio, com o desejo de aliviar a humanidade inteira: «Quando cheguei em Recife, no dia 5 de novembro de 1959 – escreve – foi um choque ver a desigualdade social, a discriminação, a fome que transparecia nos rostos. Disse a mim mesma: Não é possível ficar numa atitude passiva. Alguma coisa deve mudar. O que deve mudar? O homem. Pensei: é preciso ter homens com uma mentalidade nova para que nasçam estruturas novas e, conseqüentemente, cidades novas, um povo novo».

Do seu abraço fiel a Jesus Abandonado, identificado nas chagas sociais do povo brasileiro e em cada expressão com a qual ele se manifestou nesses 42 anos, Ginetta, juntamente com focolarinos e focolarinas, gerou o Movimento no Brasil, em todos os seus matizes, inclusive mais de cem obras sociais, dentre elas algumas de maior relevância: o Bairro do Carmo, a Ilha Santa Terezinha, o Magnificat.

Em 1991 a tão esperada chegada de Chiara e o lançamento do projeto Economia de Comunhão. Para responder imediatamente, inicia-se a busca de um terreno

para o pólo empresarial; para administrá-lo, é constituída a Espri S/A, que conta com 3.300 acionistas.

Ginetta acompanha cada passo e impulsiona todos com ardor. Com esforços imensos são construídos, um após o outro, os galpões onde se instalam as empresas: La Tunica, Rotogine, Eco-ar, Uniben, Prodiel, AVN.



Na inauguração oficial, no dia 12 de maio de 1998, Chiara escreverá: «Visitei o Pólo Spartaco e fiquei encantada. Paira no ar algo novo, que revela "o futuro". Pedi a Spartaco que o proteja e incremente, a fim de que, com a bênção do Céu e com o ardor e a audácia dos nossos "pioneiros", se realize o desígnio que Deus tem para ele, como modelo e incentivo de toda a Economia de Comunhão no mundo».

Esses "pioneiros" testemunham: «Em cada etapa foi Ginetta quem nos impulsionou, em cada dificuldade foi ela quem nos sustentou; vivemos com ela uma história espiritual e humana riquíssima. Somos testemunhas do seu amor, da sua generosidade, da sua capacidade empreendedora e, sobretudo, da sua fé inabalável: ela era a bússola que nos guiava, a intérprete maior desta esplêndida proposta» (Ricardo Caiuby de Faria).

«Foi a luz que nos recolocou no caminho certo e nos infundiu a coragem de que necessitávamos» (João Carlos Pompermayer).

«Com ela todos os instantes se tornavam momentos de "construção". Uma pessoa extraordinária: ao conhecê-la me senti impulsionado a colocar à disposição não só a tecnologia da minha empresa, mas a arriscar tudo e implantar no Pólo Spartaco uma empresa minha» (François Neveux).

«Ela soube acolher sem restrições a inspiração original e envolver inúmeras outras pessoas, sem desviar o olhar da meta» (Maria do Carmo Gaspar).

«A proposta da EdC caiu em terra fértil porque alguém já havia preparado o terreno, durante muitos anos, através do amor ao povo brasileiro» (Roseli e Armando Tortelli).

«Ela acreditou neste projeto e em cada um de nós: nos fortaleceu, nos potencializou e nos levou a acreditar com ela!» (Darlene P. Bonfim).

Segundo o Prof. Stefano Zamagni, «a experiência do Pólo Spartaco é um "escândalo" para o pensamento comum e principalmente para a ciência econômica. Demonstrar, com fatos, que é possível conjugar a eficiência com a eficácia, isto é, com a plena realização do humano, é um desafio (...). Provavelmente o papel de Ginetta foi decisivo pelo fato de ter sido "pura", em captar a mensagem sem rumor e vislumbrando os sinais dos tempos...».

Na sua mensagem aos empresários brasileiros reunidos na Mariápolis Ginetta para a primeira Escola de empresários da EdC, no dia 1º de junho de 2001, Chiara concluiu fazendo estes votos: «Que Ginetta, do Céu, continue sendo um exemplo para nós e sustente a Economia de Comunhão como fez, com tanto entusiasmo, quando estava entre nós».



Norma Curti

normac@node1.com.br



Nos dias 2 e 3 de junho, em Gênova, reuniram-se representantes de organizações internacionais, eclesiais e ONGs, a fim de elaborar um documento que constituiu uma contribuição construtiva da sociedade civil à solução dos grandes problemas internacionais.

New Humanity, a ONG que representa na ONU as obras sociais ligadas ao Movimento dos Focolares em mais de 40 países, em agosto de 2000 apresentou o projeto EdC, a proposta de uma "Taxa Tobin para os pobres" e um projeto de lei do senador Ivo Tarolli sobre a cooperação internacional, num workshop realizado em Nova York, no Palácio das Nações Unidas (cf. EdC nº 13).

Naquela ocasião, John Langmore, diretor da Divisão de Políticas Sociais para o Desenvolvimento, do Conselho Econômico e Social da ONU, encorajou New Humanity a promover um encontro entre as principais organizações da sociedade civil internacional, para uma gestão mais atenta à pessoa – e a todas as pessoas – dentro do presente processo histórico, tão amplamente contestado, chamado de globalização.

Com vista ao encontro em Gênova, em julho de 2001, dos sete países mais industrializados mais a Rússia (G-8), foi então organizado um congresso internacional – numa ação conjunta entre a Prefeitura de Gênova, os Jovens por um Mundo Unido e a Diocese de Gênova –, com o objetivo de identificar formas de globalização que evitem os aspectos negativos que acompanham o atual modelo globalizado, como a concentração da riqueza produzida nas mãos de poucas pessoas ou empresas, a pouca atenção para com o meio-ambiente e os desequilíbrios econômicos e sociais que provocam enormes migrações e expõem milhões de pessoas ao risco de vida pela fome e pela falta de cuidados médicos. Para esse congresso, New Humanity convidou a se pronunciarem apenas organizações dispostas a um diálogo aberto com todos, à busca de soluções possíveis de serem compartilhadas e não-violentas, excluindo qualquer simpatia ou justificação da violência. Um diálogo alicerçado num sentimento de confiança na boa vontade de cada um em buscar o bem comum, confiança estendida também aos responsáveis das empresas transnacionais, evitando demonizá-las a priori, conscientes de que, muitas vezes, elas são condicionadas, em suas decisões, por aquilo que João Paulo II definiu como «mecanismos econômicos perversos, consequência da estratificação de egoísmos de gerações inteiras».

Foi possível, assim, a participação da cientista política canadense Robin Round, da Halifax Initiative (uma coordenação de ONGs que propõem a taxação do fluxo de capitais especulativos); da alemã Anja Osterhaus, da Kairos Europa (muito ativa durante o Jubileu do Ano 2000, coordenando várias organizações européias); do Pastor norueguês Freddy Knutsen, responsável pelo setor juvenil do Conselho Mundial das Igrejas.

Alberto Ferrucci
alberto.ferrucci@prometh.it

A programação do congresso contou também com a palestra de John Langmore, da ONU, do senador Ivo Tarolli, autor de um novo projeto de lei sobre a cooperação internacional, em sintonia com as propostas de New Humanity, e do economista Riccardo Moro, do Comitê da Conferência Episcopal Italiana (CEI) para o Cancelamento da Dívida Externa, encarregado pela administração dos fundos destinados pela CEI para finalidades sociais, e também pelo cancelamento italiano da dívida da Zâmbia e da Guiné Bissau, por ocasião do Jubileu 2000.

Os outros pronunciamentos, em nome de New Humanity e dos Jovens por um Mundo Unido e, por parte do MEIC, economistas europeus (Andrigo, Gold, Caselli, Bruni, Gui, Zamagni), dos EUA e das Filipinas (Klock e Puangco). Participaram do congresso cerca de mil pessoas; das quais a metade eram jovens da Espanha, Portugal, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Hungria e Holanda, juntamente com estudantes de 27 nacionalidades, das escolas de formação da Mariápolis Internacional de Loppiano. Extremamente enriquecedor o discurso conclusivo do Cardeal Dionigi Tettamanzi, que ressaltou conteúdos e propostas do documento final, conhecido como "Documento de Gênova".

Este documento foi entregue oficialmente ao prefeito de Gênova, Giuseppe Pericu, ao embaixador Achille Vinci Giacchi, representando a Presidência do Conselho Italiano; ao senador Ivo Tarolli, em nome do Parlamento italiano e a John Langmore, representando a ONU. O documento foi enviado também às embaixadas italianas dos países presentes no encontro do G8, à União Européia e a algumas grandes empresas italianas e internacionais.

Após a elaboração do Documento, apresentada durante o congresso, foram acrescentadas algumas modificações, fruto de contribuições, que originaram uma versão final, que publicamos nas páginas seguintes. O Documento contém a proposta do Fundo Jovens do Mundo, debatida durante o congresso e considerada muito positiva e que foi comentada sucessivamente por políticos de vários países (ver p. 17) e pelo Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, o embaixador Umberto Vattani. Este último a apresentou ao Primeiro Ministro italiano, Silvio Berlusconi, que garantiu levá-la à mesa de negociações do G8.

O Documento de Gênova tornou-se um manifesto para os Jovens por um Mundo Unido, sendo divulgado e debatido durante a Semana Mundo Unido, em setembro de 2001, no mundo inteiro. No dia 23 de setembro foi apresentado no "Salão dos 500", do Palazzo della Signoria, em Florença.

**Cardeal Dionigi Tettamanzi, Alberto Ferrucci,
Achille Vinci Giacchi, John Langmore**



Documento do Gênova

Este documento nasce da vontade comum de pessoas, organizações da sociedade civil, de religiões e culturas diferentes, oriundas de vários países e continentes reunidas em Gênova. Através dele gostaríamos de contribuir para criar uma unidade cada vez maior entre as várias expressões da sociedade civil mundial, para apresentar as razões do bem comum às nações, às organizações internacionais e às empresas multinacionais.

Convencidos de que a pessoa, apesar das suas inclinações egoístas, realiza-se num relacionamento de abertura desinteressada ao outro, capaz de suscitar reciprocidade, sentimos a exigência e a responsabilidade de formular uma análise comum da presente globalização econômica e uma proposta comum de ação econômica, tanto pessoal quanto social, capaz de orientar para uma globalização solidária, rumo a um mundo unido.

A globalização

Há séculos a vida econômica e os mercados foram meios de difusão das civilizações, culturas e de encontro entre pessoas. Não podemos negar que o evento da globalização estimulou em muitos países um aumento do bem-estar, um crescimento da riqueza mundial e uma rápida difusão de tecnologias e de conhecimentos, enquanto que muitas situações de atraso estão mais ligadas à persistência de obstáculos ao desenvolvimento, fruto de regimes contrários à liberdade e corruptos.

Por outro lado, é igualmente evidente que, do modo como está acontecendo, a globalização traz conseqüências inaceitáveis, como a concentração do poder econômico nas mãos de pouquíssimas pessoas e de sociedades multinacionais. Isso contribui para que prevaleça uma certa visão da política que assume, como seu papel primário, a mediação entre interesses particulares prevalentes, relegando a um segundo plano importantes bens de interesse coletivo, fundamentais tanto para uma convivência civil quanto para uma atuação sadia da economia de mercado.

O resultado é uma sociedade na qual convivem situações de riqueza e pobreza extremas, na qual não são levadas em consideração a salvaguarda do meio-ambiente, a justa atribuição dos direitos de propriedade, às instituições da justiça, e assim por diante. Em inúmeras partes do mundo, são negados os direitos humanos mais elementares, o direito à vida e a uma vida digna, à autodeterminação, à saúde, a um mínimo de instrução.

Tudo isso representa, além do mais, uma grave ameaça à paz, pois a reação de quem é explorado, marginalizado e desconsiderado pode desembocar em disseminados atos de revolta violentos. Além disso, muitos, inclusive pessoas que não são afligidas por problemas econômicos, experimentam frequentemente alienação, insegurança, falta de esperança.

Sentimos, portanto a urgência de uma mais plena humanização da cultura que hoje permeia a globalização e que está por trás das escolhas dos cidadãos, do comportamento das empresas, da ação administrativa e o formato das instituições. Cultura que muitas vezes reduz as relações interpessoais unicamente a uma troca interesseira, que reduz as aspirações humanas unicamente à busca de maiores proveitos ou consumo, que reduz a sociedade a um espaço anônimo, no qual se tende à afirmação individualista, na ilusão – desmentida pelos próprios fatos – de uma igualdade de oportunidades para os indivíduos e para os povos, oferecida pela própria globalização.

Sentimos a necessidade de exprimir em alta voz as razões da sociedade civil, que não pode suportar em silêncio que o mundo seja transformado e governado unicamente pela lógica do mercado, aceitando que os mais fortes prevaleçam, numa espécie de “darwinismo social”, desinteressando-se ou, no máximo, tendo um pouco de compaixão por quem ficou para trás.

Sentimos, portanto, a necessidade de que a sociedade

civil interpele o poder político, orientando-o e apoiando-o, a fim de que a globalização seja governada pelas razões do bem comum dos cidadãos do mundo inteiro, ou seja, que se torne uma globalização solidária.

Uma nova cultura

Enriquecidos pela experiência de vida das pessoas que atuam em projetos de economia solidária, como a Economia de Comunhão na Liberdade, que já envolve 750 empresas no mundo, e pela experiência de muitas outras pessoas que colaboram para o desenvolvimento num espírito de igual dignidade entre os povos, queremos nos comprometer com a ação e com a reflexão, para que cresça e se difunda uma “cultura econômica da partilha”. Uma cultura que se exprima, por um lado, num estilo de consumo sóbrio e crítico, no respeito para com os recursos comuns a toda a humanidade e para com a aspiração natural a uma igualdade substancial com os outros homens, no uso responsável da própria riqueza, a fim de que ela sirva à promoção do bem comum.

Uma cultura que impulse a um papel ativo em iniciativas econômicas voltadas ao bem comum, gerando postos de trabalho e respondendo às necessidades não supridas das pessoas e da comunidade, e também compartilhando os próprios recursos com quem se encontra em necessidade, numa relação de igual dignidade.

Dirigimo-nos, portanto, à sociedade civil mundial, particularmente aos jovens e às suas organizações, que são os maiores interessados num futuro de desenvolvimento, a fim de que a insegurança e a falta de esperança sejam substituídas pela paz e pela felicidade da comunhão entre pessoas unidas por um mesmo destino.

Dirigimo-nos, através da sociedade civil, aos governos do mundo inteiro, e particularmente aos que dispõem de maior poder internacional, pedindo que sejam consideradas as instâncias e as propostas contidas neste documento, tendo em vista a responsabilidade que tais governos têm diante do destino do planeta.

As propostas aos governos, à sociedade civil e à Comunidade de Negócios

O peso dos juros da dívida externa dos países em via de desenvolvimento, os efeitos perversos da especulação internacional nos países mais fracos e as barreiras alfandegárias que obstaculam as exportações destes aos países economicamente mais desenvolvidos são, a nosso ver, os principais entraves de natureza econômica que impedem que sejam garantidos a todos os habitantes do planeta, uma vida digna e um futuro autônomo.

Propomos, portanto:

A – Reduzir a dívida externa dos países em via de desenvolvimento

O ônus pelo reembolso dos enormes créditos obtidos nas décadas passadas por países em via de desen-



J. Klock, L. Bruni, J. Langmore

L. Caselli, G. Pericu

volvimento tornou-se insuportável em decorrência das altas taxas de juros, atrelados a decisões de política monetária tomadas nos países industrializados e exacerbados pela especulação contra moedas mais fracas. Enquanto aplaudimos as decisões dos países credores de perdoar a dívida dos países mais pobres, desde que estes destinem o respectivo montante a obras sociais nos setores da saúde, da formação e de infra-estrutura, pedimos à comunidade política internacional que obtenha recursos ou procure mecanismos que reduzam o ônus da dívida até mesmo dos grandes países emergentes, custo esse que hoje restringe seus investimentos nas áreas da saúde e da educação das novas gerações, esperança desses povos para um papel ativo no futuro do mundo.

B – Eliminar as barreiras alfandegárias impostas aos produtos dos países em via de desenvolvimento

As barreiras alfandegárias impostas aos produtos industriais dos países em via de desenvolvimento restringem a atividade destes à mera produção de matérias-primas, negando-lhes um papel de igualdade e dignidade no mundo globalizado. Ademais, a redução da entrada de divisas torna mais árdua ainda a liquidação da dívida externa.

Fazemos votos, portanto, que os países mais industrializados eliminem progressivamente as atuais barreiras alfandegárias destinadas a proteger a produção interna, excluindo também a produção de armas, de acordo com o projeto EBA (Everything But Arms), buscando outros caminhos para proteger as culturas agrícolas que seriam prejudicadas, consideradas necessárias à salvaguarda do próprio território.

C – Taxar o fluxo de capital em favor dos últimos

As transações financeiras internacionais cresceram vertiginosamente, a tal ponto que a atividade comercial corresponde a menos de 5% dos movimentos de divisas. De instrumento de serviço à economia real, o dinheiro se transformou numa mercadoria que hoje é possível trocar sem regras nem ônus, segundo lógicas que com frequência acabam obstruindo o progresso econômico dos países em via de desenvolvimento.

Recomendamos, portanto, calorosamente, uma intervenção conjunta dos governos, começando pela Europa e pelos países emergentes, para que haja uma imposição fiscal sobre tais movimentações, numa dimensão que não influencie os investimentos internacionais e o comércio. Os recursos que os países obteriam poderiam, em parte, substituir outros impostos que hoje oneram o trabalho e o consumo e, em parte, poderiam ser utilizados numa ótica de equidade e de sabedoria solidária – sob a coordenação de uma ágil Agência Internacional, a ser instituída para esta finalidade – a fim de reduzir o peso da dívida externa dos países em via de desenvolvimento, de que modo que esses pudessem, assim, iniciar sérios programas de restituição da mesma.

Pedimos, portanto, aos responsáveis dos governos, que abandonem os obstáculos ideológicos que até hoje frearam tais medidas, visto não se tratar de ingerência do Estado na economia, mas sim de um ato de justiça, um modo de reembolsar os custos frequentemente provocados pela especulação e, assim, desestabilizando as moedas e provocando aumentos das taxas de juros nas economias em dificuldade, isso tudo em detrimento da atividade produtiva. Estamos felizes por saber que alguns países estão elaborando leis orientadas neste sentido.

Se considerarmos os instrumentos telemáticos de que o sistema financeiro internacional dispõe atualmente, as objeções de que seria difícil aplicar uma tal taxa e de que poderia ser facilmente sonegada não são mais sustentáveis.

D- Começando pela sociedade civil

Com toda a probabilidade tais leis não serão aplicadas em curto prazo. Mas para centenas de milhões de seres humanos a falta de alimentação suficiente, de assistência médica, de trabalho e de instrução – a única que pode oferecer aos jovens perspectivas para o futuro – constituem um problema imediato.

Pensamos, portanto, que a sociedade civil não pode se limitar a pedir aos governos uma intervenção, nem sequer a realizar manifestações de protesto, embora úteis para chamar a atenção da opinião pública para esses temas. A sociedade civil deve entender que dispõe de outros meios que podem influir com eficiência nos mecanismos da globalização: cada cidadão enquanto consumidor – e enquanto investidor das próprias economias – dispõe de um grande potencial de orientação sobre a economia, que pode se tornar eficaz se a conscientização da importância de possuí-lo se difundir e se forem criadas condições para exercê-lo.

Um potencial exercido não contra o sistema, mas contra as suas atuais tendências a privilegiar a busca do lucro imediato, em detrimento daquela visão de longo prazo que é necessária para evitar, no prolongado período de crises econômicas, a instabilidade social e os danos ambientais.

As experiências de economia solidária demonstram que inclusive na economia é possível crescer e realizar-nos partilhando o fruto do próprio trabalho também com os últimos e promovendo uma cultura que objetive o Mundo Unido.

Uma estratégia mundial rumo a um desenvolvimento econômico sustentável está se tornando cada vez mais o centro do interesse não só da sociedade civil e política, mas também de um crescente número de empresas multinacionais, cujos responsáveis se preocupam em prever os obstáculos que poderiam impedir a sobrevivência de suas atividades a longo prazo.

Percebem-se sinais de que alguns responsáveis de empresas de grande porte estão atentos a dar um peso cada vez maior, nas próprias decisões, à responsabilidade



J. Langmore, I. Tarolli, L. Andringa, F. Knutsen, L. Gold

social que delas decorre, numa perspectiva de longo prazo.

O Fundo Jovens do Mundo

A proposta de um “Fundo Jovens do Mundo” é dirigida a todos os cidadãos e, particularmente, àqueles líderes iluminados que se deparam com a própria responsabilidade social.

O Fundo propõe às instituições financeiras, às sociedades multinacionais e a todo o mundo econômico “investir” uma pequena fração do seu volume de negócios para o bem das próximas gerações, introduzindo um importante elemento de atenção de longo alcance no atual sistema financeiro.

As suas linhas gerais:

1. As sociedades comerciais, começando pelas mais importantes multinacionais, são convidadas a destinar de forma regular uma fração das suas transações em divisas (por exemplo entre 0,1% e 0,05%) para a aquisição de quotas no Fundo Jovens do Mundo.

2. A participação no Fundo não seria obrigatória – sem excluir o fato de que os governos com maior responsabilidade internacional e aqueles cuja população é atingida pelos desequilíbrios sociais os tornam comprometidos com a proposta – mas os cidadãos poderiam utilizar o seu potencial de persuasão, como consumidores e investidores de suas economias, para torná-la mais conveniente para as empresas.

3. Seria, assim, criado o Selo Fundo Jovens do Mundo e as empresas que aderissem ao fundo poderiam identificar com ele seus produtos e serviços, desde que fossem certificadas pelo ISO 9000 ou fossem autorizadas a usar o Selo por decisão autônoma do Comitê de Gestão do Fundo, motivada pelo seu comportamento socialmente responsável.

4. Além disso, seria proposto aos governos que considerassem os fundos investidos em tais subscrições, como despesas operacionais, portanto não sujeitas a impostos.

5. As quotas do Fundo seriam resgatadas pelo seu valor nominal depois de 30 anos, mas, como instrumentos financeiros, poderiam ser imediatamente negociáveis.

6. O Fundo Jovens investiria os seus recursos da seguinte maneira:

a) Um terço para fornecer às jovens gerações carentes do mundo alimentos, assistência médica e educação nas escolas primárias e secundárias, através de ONGs e de agências da ONU, ativas no âmbito da cooperação internacional.

b) Um terço para financiar projetos educacionais e de saúde promovidos pelos governos, administrados juntamente com ONGs locais, internacionais e agências da ONU, privilegiando a profissionalidade local, no intuito de reduzir a dependência.

c) A terça parte restante seria investida em instrumentos financeiros, numa ótica de lucro a longo prazo:

– Para sustentar – adquirindo ações de importantes sociedades multinacionais e exercendo nelas uma presença acionista ativa – os líderes de sociedades que demonstram ter uma visão perspicaz e atentos às responsabilidades sociais empresariais.

– Para adquirir florestas e recursos naturais, bem como jazidas de minerais, de petróleo e de gás natural, especialmente em períodos de maior oferta no mercado, para reduzir a queda do preço das matérias-primas, que muitas vezes provocam crises financeiras nos países exportadores.

7. O Fundo seria dirigido por um Conselho composto de:

a) Técnicos indicados pelos governos que tornassem o Fundo compulsório ou que aceitassem contemplá-lo com os incentivos fiscais acima mencionados. Esses especialistas seriam escolhidos entre as pessoas indicadas pelas ONGs ativas no campo social nesses mesmos países.

b) Especialistas indicados pelos sócios institucionais.

c) Personalidades conhecidas pelo próprio compromisso na promoção do desenvolvimento, da paz e da justiça social, eleitos por ONGs internacionais ativas no setor econômico e social.

8. O Fundo seria controlado por um Conselho Fiscal, criado pelos governos que apoiem a iniciativa, e constituído por figuras de destaque internacional no campo do progresso social e do voluntariado.

A criação de um tal Fundo significaria um importante passo a frente para um mundo mais unido. Ele se tornaria um sinal tangível de esperança para a humanidade, porque demonstraria que as potencialidades da globalização econômica não levam necessariamente a desequilíbrios sociais e à destruição ambiental.

Pelo contrário, o Fundo demonstraria que as forças da criatividade que suscitaram o presente sistema econômico global podem ser animadas por um espírito de solidariedade e de determinação, criando um mundo mais justo, mais pacífico e ambientalmente sustentável para os dias de hoje e para o futuro.



Card. D. Tettamanzi, L. Erundina, W. Barelli

Comentários sobre o "Documento de Gênova"

Cardeal Dionigi Tettamanzi
Arcebispo de Gênova

«(...) O "Documento de Gênova" parece-me muito significativo e estimulante. Revela o empenho dos indivíduos e dos grupos intermediários da sociedade civil em fazer pressão sobre os detentores do poder econômico-financeiro e do poder político, com propostas com as quais eu concordo plenamente. Mas fala também de um empenho que pode e deve envolver operacionalmente cada um de nós... Não bastam análises, não adianta fazer contestações simplesmente por contestar, ou organizar manifestações de protesto – não são difíceis as propostas feitas aos outros. Mas somos nós mesmos, pessoalmente, que podemos e devemos assumir determinadas iniciativas.

(...) Precisamos estar conscientes, como reza, ainda, o "Documento de Gênova", de que "cada cidadão enquanto consumidor – e enquanto investidor das próprias economias – dispõe de um grande potencial de orientação sobre a economia, que pode se tornar eficaz se houver uma conscientização da importância de possuí-lo e se forem criadas condições para exercê-lo". É nesta direção que caminha a proposta de criar um "Fundo Jovens do Mundo, proposta que merece ser compartilhada por muitas pessoas: realmente "significaria um importante passo a frente para um mundo mais unido. Ele se tornaria um sinal tangível de esperança para a humanidade, porque demonstraria que as potencialidades da globalização econômica não levam necessariamente a desequilíbrios sociais e à destruição ambiental"».

Luiza Erundina de Sousa
Deputada Federal

«O "Fundo Jovens do Mundo" é uma resposta elevada à globalização econômica, que leva à concentração da riqueza e ao aumento da pobreza e da desigualdade social, (...) uma idéia criativa e oportuna, inspirada na revolucionária experiência da Economia de Comunhão, que o Brasil teve o privilégio de começar, uma resposta concreta na luta contra a pobreza e a exclusão social, das quais são vítimas, sobretudo, os jovens e as crianças, numa flagrante falta de respeito aos direitos humanos.

O apelo aos agentes econômicos, que tomem consciência da responsabilidade social que lhes cabe, revela o espírito cristão que inspira esta proposta. Estimulando o envolvimento da sociedade civil para sustentar esta iniciativa, criam-se as condições para garantir o seu sucesso... essas propostas, que visam novos paradigmas para a economia mundial, exigem o apoio de uma política orientada pelos mesmos ideais de justiça, de solidariedade e de unidade (...) num caminho rumo a um mundo mais justo, mais fraterno e unido».

Roberto Bertucci
predi@split.it

Walter Barelli

Secretário do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo

«O século XX não conseguiu erradicar a fome e a pobreza no mundo, como muitas pessoas previam: houve grandes progressos científicos, mas as disparidades econômicas cresceram e o número de pobres aumentou.

A humanidade não deve repetir no século XXI o fracasso do último século. O Fundo Jovens do Mundo chega no momento certo, porque trabalhar para os jovens é estratégico. Temos de lançar um projeto para 100 anos e investir a favor de quem vai viver boa parte desses anos.

Ao lembrar às empresas a própria responsabilidade social, temos que identificar objetivos comuns. Um mundo mais social, mais humano e mais justo é realizável, assim como é possível que os nossos filhos e netos herdem um planeta mais habitável e acolhedor. O meu apoio entusiasmado ao Fundo Jovens do Mundo baseia-se nesta certeza de que é possível fazer do planeta um espaço de realizações para toda a humanidade».

Lorenzo Caselli

Presidente da Faculdade de Economia da Universidade de Gênova e presidente do MEIC

«O Documento de Gênova constitui um grande desafio à inteligência e ao coração... As grandes transformações sociais e econômicas precisam de inteligência e de coração, de novos fundamentos científicos, mas também de um amor estrutural pelo homem e pela humanidade.

O sugestivo e estimulante "Fundo Jovens do Mundo" lança um desafio à administração das grandes empresas. Um desafio a assumir a responsabilidade social não como algo a mais, mas como elemento constitutivo do próprio horizonte estratégico, do próprio ser e agir da empresa. (...) A contribuição com o Fundo não representa, portanto, uma doação feita para ficar com a consciência tranqüila e continuar agindo como antes, mas, pelo contrário, é o início de uma transformação, de uma conversão mais ampla no campo da responsabilidade social. E a responsabilidade social diz respeito a todos».

John Langmore

Diretor da Divisão de Políticas Sociais para o Desenvolvimento, do Conselho Econômico e Social da ONU

«Podemos ter esperança de que, daqui a uma geração, muitas dessas propostas e reformas tenham sido realizadas e parecerá anacrônico tê-las discutido. A tarefa daqueles que possuem profundas convicções é a de articular visões simples, projetar as complexas políticas necessárias para realizar tais propostas e oferecer uma execução competente.

Os especialistas, a mídia e as organizações que se interessam por esses problemas conseguirão derrotar as elites plutocráticas, pois fundamentarão o próprio trabalho em valores morais e espirituais fundamentais, e responderão às exigências e às necessidades da maioria da população».

Surge o Pólo industrial "Lionello"

Alberto Frassinetti

alberto.frassinetti@edc-online.org



A Mariápolis de Loppiano, hoje conhecida como Mariápolis "Renata" – recordando uma das primeiras companheiras de Chiara que, com a sua santidade, caracterizou o desenvolvimento da pequena cidade – situa-se em meio às colinas toscanas, no município de Incisa Valdarno. É a primeira das 23 cidadezinhas de testemunho hoje presentes no mundo, em vários estágios de desenvolvimento.

Loppiano é muito conhecida na Itália e também no exterior graças às suas escolas para "formação de homens novos", freqüentadas por jovens e famílias, atualmente de 50 nacionalidades. São muito variadas as atividades econômicas que surgiram para o autosustento, dentre as quais escritório de arquitetura e atelier de arte, produção musical e de cerâmica artística, brinquedos, objetos de decoração e móveis para crianças, além de uma cooperativa agrícola com mais de 3 mil sócios, que produz vinho e azeite de oliva de qualidade.

Loppiano é conhecida também pela acolhida que os seus 800 habitantes oferecem diariamente aos visitantes, de um modo especial à "enxurrada" de pessoas – freqüentemente mais de mil – dentre as quais inúmeros jovens, que a visitam aos domingos, todos atraídos pela "atmosfera de amor recíproco" que lá se respira.

Em junho do ano passado, empresários e agentes foram recebidos em Loppiano por Oreste Basso e por Gisella Calliari – com a presença dos responsáveis pela Mariápolis e pelo projeto EdC nas várias regiões da Itália – para o lançamento do Pólo empresarial de Loppiano.

Assim como surgiu o Pólo "Spartaco", próximo à Mariápolis Ginetta, no Brasil, deseja-se que agora tenha início, junto a Loppiano, o Pólo "Lionello", em memória de Lionello Bonfanti, um dos primeiros focolarinos, que durante muitos anos foi um dos responsáveis por esta Mariápolis.

Na cerimônia de fundação estavam presentes empresários, administradores, consultores, tabeliões, advogados, arquitetos, irmanados pelas palavras de Chiara: «A Economia de Comunhão não é uma atividade unicamente humana, fruto simplesmente de idéias e de projetos elaborados por pessoas, ainda que capacitadas. Ela é uma expressão do Movimento dos Focolares, que é uma Obra de Deus... apesar de Ele, o Altíssimo, privilegiar, como seus instrumentos, para atingir os seus objetivos, homens e mulheres deste mundo. (...) A própria EdC é Obra de Deus, pelo menos no seu espírito e nos seus aspectos essenciais».





Nesta dimensão, Oreste Basso e Gisella Calliari lembraram a inspiração de Chiara de fundar cidadezinhas de testemunho, capazes de expressar plenamente o carisma da unidade, como pequenos esboços de mundo unido, inclusive com um setor produtivo, fundamentado no amor de Deus.

Depois foram feitas propostas sobre como atuar o projeto, expostas por Mario Spreafico, comerciante de Busto Arsizio, por Cecilia e Giuseppe Manzo, empresários de Novara, e pelo tabelião Emanuel Perrone, de Nápoles, que retomaram o projeto original de criar empresas com a comunhão dos limitados recursos de muitos ("somos pobres, mas muitos"). Eles propuseram constituir também na Itália uma sociedade com capital pulverizado, pedindo às pessoas que apoiam a EdC para subscreverem ações, a fim de implantar e administrar a infra-estrutura do Pólo Lionello, seguindo o modelo da brasileira Espri S/A, que foi constituída com esta mesma finalidade, e hoje conta com 3.300 sócios.



A partir da proposta de imediata subscrição de ações e de um esboço de estatuto, teve início um animado diálogo: «Antes da subscrição precisamos predispor um plano industrial» – afirmou Amadio Bolzani, diretor de uma multinacional, fazendo bem a nossa parte, "mesmo deixando as portas abertas à Providência", como recomendou Giovanni Bertagna, empresário de Brescia.

Durante o almoço, as boas-vindas de Loppiano era visível no enorme bolo preparado por uma jovem latino-americana, especialista em confeitaria, que frequenta uma das escolas de formação. À tarde, foram discutidos maiores detalhes: o terreno, a colaboração com as autoridades locais interessadas no desenvolvimento econômico da região, os serviços que a empresa poderia prestar a quem se instalasse no pólo. Por fim, foi estipulado o valor de face das ações: 50 Euros, para que todos possam adquirir pelo menos uma.

Foi decidida a constituição de uma comissão de especialistas para elaborar o plano industrial, isto é, a previsão de investimentos em terrenos, construções, estruturas logísticas, custo de urbanização e despesas várias de implantação, bem como de futuras receitas, tendo por base o programa de adesões de empresas no pólo; tudo a fim de se poder informar os acionistas sobre o destino de seus investimentos.

Foi decidido também verificar, durante as Mariápolis, a propensão à aquisição de ações por parte dos participantes, para poder prever os recursos que estarão disponíveis e adequar a eles o desenvolvimento do Pólo.

O momento mais belo do dia foi quando perguntaram aos empresários presentes se já tinham idéia da disponibilidade de alguma empresa de instalar-se no Pólo. Naquele momento foi possível ver os "homens novos", lançarem-se generosamente, comprometendo-se com suas próprias



empresas, que se concretizarão tão logo seja comprovada a viabilidade econômica. Foram compromissos certamente assumidos sem preocupação alguma com a obtenção de maiores rendimentos...

Viam-se homens e mulheres que optavam por ser protagonistas de um projeto que não é só deste mundo, com um espírito de doação que iluminava seus semblantes com a luz do Amor: ali vimos a novidade da Economia de Comunhão, que é Obra de Deus.

“Homens novos”, construtores de comunhão

Ao conhecer o projeto da Economia de Comunhão, uma das coisas que mais impressiona é a insistência com a qual se fala de “homens novos”. A presença deles é vista como central para o nascimento do projeto, para o seu funcionamento, para o seu crescimento.

Todavia esta expressão pode parecer um pouco hermética. Qual é a sua origem, o seu significado?

Propondo esta expressão, Chiara Lubich se inspirou, entre outras coisas, na frase de São Paulo: «Se alguém está em Cristo, é uma nova criatura; as coisas velhas passaram, eis que surgiram novas» (2Cor 5,17).

Portanto, os “homens novos” são, antes de tudo, pessoas que vivem a “vida nova” que Jesus veio trazer, e que têm a coragem do radicalismo evangélico em todos os aspectos de suas vidas. E justamente por isso são – como Chiara Lubich frisou recentemente na Escola para agentes da EdC – «pessoas de grande fé, porque possuem uma profunda vida interior (...), que vivem o amor recíproco e assumem, em prática, a espiritualidade da unidade, que gera Jesus em nosso meio (Cf. Mt 18,20).

Vivendo a espiritualidade da unidade, tornam-se “construtores de comunhão” na Igreja e em todos os âmbitos da sociedade, portanto, também na economia. Mas o que pode significar ser construtores de comunhão dentro de uma estrutura econômica? O projeto EdC apresenta explicitamente, como bases da atividade econômica, elementos como a confiança, a reciprocidade, o dom, a gratuidade, o amor, a unidade.

Valores que não estão completamente ausentes nos estudos de economia empresarial. Já no início do século passado, algumas linhas de estudo sobre as capacidades humanas evidenciaram as suas conseqüências positivas na vida da empresa, levando continuamente a repensar os modelos produtivos. Encontramos sinais disso em muitas técnicas administrativas atuais, que, porém, convivem de modo contraditório com outras, que enfatizam valores opostos.

O desafio proposto ao “homem novo”, certamente árduo e que demanda coragem, é o de inovar esse âmbito, inserindo nele um valor específico: “a vida de comunhão”. Por exemplo, quando algum problema deve ser resolvido, quando há alguma escolha a ser feita ou surgem novos caminhos a serem avaliados, nas empresas da EdC busca-se uma solução juntos. Não se trata, porém, de uma simples reunião, há uma premissa a ser respeitada: estar prontos a dar a vida uns pelos outros. Isto significa preparar bem aquela reunião, na qual cada um, respeitando funções e responsabilidades, possa dar a sua contribuição. Assim, preocupações, idéias, projetos,

etc., são doados por amor e sem preconceitos.

A arte de escutar – uma escuta profunda, que dá espaço aos outros – ilumina as decisões a serem tomadas. Decisões que podem ser sugeridas por qualquer pessoa, mas que serão enriquecidas pela contribuição de todas. Pode ser uma idéia nova, uma solução inédita, promissora, inovadora... Uma solução que agrada e é aprovada por todos, que traz alegria, paz; que suscita um novo entusiasmo, um novo ânimo para levar adiante o projeto. Depois, cada pessoa, enriquecida pela experiência vivida, concretiza o que foi decidido em comum acordo. E quando houver outras decisões a serem tomadas em novas reuniões, a unidade será ainda mais plena, a comunhão entre todos, mais intensa. Uma unidade e uma partilha que proporcionará um conhecimento cada vez mais profundo da empresa em que se trabalha e da dinâmica do mercado.

Este é um exemplo de como “homens novos” podem atuar a vida de comunhão dentro de uma estrutura produtiva. Esta técnica é totalmente inovadora em relação a outras que também buscam criar a partilha. Dos cursos de qualidade total às técnicas de envolvimento japonesas, às “organizações que aprendem” até a mais recente gestão do conhecimento (knowledge management), as empresas, por motivos instrumentais, buscam criar a partilha. Todavia ela não é considerada um valor em si.

As empresas que aderem à Economia de Comunhão propõem a partilha como fundamento – uma partilha que desemboca na comunhão – e sobre esta base, com esta perspectiva, delineiam o próprio estilo de gestão.

Desse modo, a empresa se torna um laboratório privilegiado de novas idéias no que diz respeito à organização interna, ao relacionamento com os funcionários, mas também em relação às escolhas produtivas e ao mercado. É ali que se experimenta que a necessária distinção das funções não obstacula a dignidade essencial de cada pessoa e a igualdade entre todas. É esta postura de grande liberdade que propicia a criatividade que, em outras circunstâncias, permaneceria escondida e, portanto, improdutivo.

Tudo isso nos abre à esperança, que significa abertura ao futuro. Não é à toa que, muitas vezes, pessoas que visitam as empresas da EdC dizem: «Visitei o futuro e vi que funciona!».

É lógico que a partilha, numa empresa, está associada à competência, ao profissionalismo, à reciclagem e ao treinamento; mais ainda, pressupõe todos esses fatores e os reforça. Por exemplo, na relação com os clientes, o profissionalismo ativa a confiança que é, por sua vez, a base para se criar a partilha.

No multiforme mundo das empresas, às vezes agressivas e concentradas em um único valor, este estilo de vida gera organizações produtoras de uma cultura de comunhão, que se torna recurso para a sociedade na qual estão inseridas.



Catarina Mulatero

vera.araujo@focolare.org

A cada ano aumenta o número das monografias que tratam do projeto da Economia de Comunhão. Unem-se a essas monografias, duas teses de doutorado, mais amplas. A primeira é a tese de Lorna Gold, pesquisadora da Universidade de Glasgow, Escócia, ao término de uma pesquisa de três anos, que foi uma grande contribuição para avaliar em que ponto o projeto se encontra após 10 anos do seu anúncio. A segunda é de Markus Ressler, da Universidade de Economia e Administração de Empresas de Viena, que oferece uma pesquisa aprofundada, amplamente documentada, realizada com mais de 100 empresas de Economia de Comunhão da Europa, da América Latina e da Ásia. Os temas das demais 11 monografias, das quais três são latino-americanas, demonstram a ampliação progressiva da perspectiva de pesquisa e de avaliação sobre o tema Economia de Comunhão, motivada pelo desejo de propor novos valores e soluções para a presente globalização, na busca de novos caminhos para um futuro sustentável. É importante observar que, cada vez mais, muitas monografias focalizam aspectos antropológicos, em virtude da contribuição que o projeto da Economia de Comunhão oferece a uma economia que coloca no centro a pessoa humana.

Antonella Ferrucci

As novas teses

Dr. Markus Ressler

Markus.ressl@utanet.at
Doutorado em Economia
Universidade de Economia e Administração de Empresas de Viena

EdC, elementos e perspectivas para o desenvolvimento

Orientadores:
Prof. Franz R. Hruby
Prof. J. Hanns Pichler

María Graciela M. de Revidatti

edurevidatti@arnet.com.ar
Diploma em Administração de Empresas
Universidade de Cuenta del Plata – Argentina

Empresas de EdC: motivação, administração, inserção na sociedade

Orientador:
Prof. Analía Montero

Anna M. Taliercio

cgmo.lacco@tin.it
Diploma em Economia e Comércio Internacional e dos mercados de divisas.
Instituto Universitário Navale de Nápoles

“EdC”: um paradigma diferente para a valorização do “capital humano” empresarial

Orientador:
Prof. Gennaro Ferrara

Maria Stella Golinelli

maria_stella@libero.it
Diploma em Ciências Políticas orientação político-social
Universidade de Bolonha
Sede de Forli

As abordagens normativas ao desenvolvimento e à EdC: análise de uma experiência brasileira

Orientador:
Prof. Giuseppe Scidà

A tese oferece uma ampla documentação da evolução e da progressiva estruturação, em seu início, do projeto EdC.

A EdC é analisada segundo um esquema teórico que prevê como propulsor o paradigma comunitário “ser para os outros”, que anima as estruturas e instituições imprescindíveis à EdC para alcançar a harmonia social à qual tende.

A tese não analisa como fundamento da EdC a empresa, e sim a pessoa que ama, e a atuação do projeto é visto na interação de todas as iniciativas num único Grupo EdC.

Com um trabalho de aproximadamente dois anos e com viagens somando mais de 107 mil quilômetros, foram visitadas 43 empresas brasileiras, 21 na Argentina, Paraguai e no Chile; 16 na Itália, 14 nas Filipinas e 9 na Alemanha, entrevistando empresários e seus funcionários. Dessa ampla pesquisa emergiram os primeiros elementos do modelo de transformação social e econômica que nasce de um novo tipo de comportamento e que tem por finalidade a harmonia social.

O objetivo da monografia é individualizar as motivações, avaliar a capacidade de administração e o relacionamento com a sociedade dos empresários da EdC. Eles se apresentaram profissionalmente eficazes, otimistas, realizados e capacitados para criar novas regras de comportamento.

A chave de seu sucesso está na formação para se tornarem homens novos, habilitados para desenvolver uma cultura de administração baseada em sólidas convicções que cria um senso de pertença e orienta as políticas, as ações e a ética. Desse modo, ao redor da empresa forma-se um “capital de simpatia” que difunde confiança e cria sintonia com fornecedores e clientes, com efeitos econômicos tangíveis.

A força da EdC está na cultura da partilha, que desenvolve a capacidade de inovar. Os empresários da EdC não se satisfazem apenas com o resultado empresarial, a sua sensibilidade não os deixa tranquilos diante da pobreza e da injusta distribuição da renda na sociedade.

Num momento histórico no qual se afirma a importância das pessoas na empresa, não mais e apenas como força de trabalho, desejou-se verificar se a EdC pode propor-se como um paradigma diferente para a valorização do capital humano. A partir de casos acadêmicos e da verificação direta numa empresa da EdC, viu-se que o projeto se apresenta coerente com as variáveis relativas ao capital humano das empresas, sobretudo se estão ligados ao ambiente de trabalho, à confiança, ao capital relacional.

O elevado estoque de capital intangível presente nas empresas da EdC, que lhes faculta atuar com sucesso, inclusive em ambientes desfavoráveis, é ligado a elementos de difícil quantificação, utilizando os normais instrumentos de avaliação.

O trabalho objetivava analisar se a EdC pode ser considerada uma válida proposta ao desenvolvimento alternativo. A pesquisa de campo foi realizada no Estado de São Paulo, com visitas programadas a 23 empresas que aderem ao projeto, com entrevistas a empresários e funcionários.

Destaca-se que a EdC possui uma concepção olistica do desenvolvimento que garante a satisfação das necessidades existenciais e de valores de todos os sujeitos nela envolvidos: empresários, empregados, pobres; e pode ser efetivamente interpretada como uma tentativa de desenvolvimento alternativo: social, humano, sustentável, endógeno e cooperativo.



Lorna Gold



William Regiani Maceddo

Dra. Lorna Gold

lfg2@york.ac.uk
 Tese de doutorado PhD,
 Faculdade de Ciências
 Sociais
 Universidade de Glasgow

Dar espaço à participação no mercado globalizado: a EdC do Movimento dos Focolares

Orientador:
 Prof. C. Philo, Dr. S. Lowder

A tese se insere no atual debate em relação às diferentes alternativas que se delineiam para a economia globalizada. Sustenta que o coração deste debate se encontra na invasão da racionalidade econômica, entendida como “interesse pessoal”, em cada esfera da existência humana, incluindo a cultura, e a ética em escala global.

Toda verdadeira alternativa ao paradigma dominante, portanto, por definição deve ser uma “cultura global” capaz de levar novamente a racionalidade econômica ao campo dos princípios éticos mais amplos, não necessariamente em conflito com o mercado.

Seguindo o desenvolvimento histórico da EdC e as suas raízes na perspectiva trinitária do Focolare, a tese questiona se a EdC pode oferecer a chave desta cultura global e, portanto, de uma economia global renovada.

Willian R. Macedo

willianrmac@ieg.com.br
 Diploma em História
 Universidade Estadual do
 Paraná

EdC, abordagem histórica de uma “resistência solidária”

orientador:
 Prof. Mestre Cláudio
 Andrade

Foram analisados os movimentos e as teorias econômicas que “resistem” à mundialização atual que priva inteiras classes sociais e povos de uma vida digna, verificando que as transformações históricas sempre foram provocadas por uma idéia-força que, para se difundir, exigiu uma elaboração cultural.

Conclui-se que a EdC é um caminho válido para reagir às atuais políticas hegemônicas e que, também ela, para se afirmar, exige uma elaboração cultural, aprofundando e difundindo assim os seus conteúdos, porém, não fechada em um pequeno grupo de intelectuais sem repercussão na mídia. É necessário utilizar um “discurso poderoso”, uma “idéia-força” que saiba levar a um novo crescimento na sociedade. Novo crescimento que produz um novo modo de agir na economia.

Allessandro Todeschelli

tode.a@libero.it
 Diploma em Administração
 de Empresas
 Cúneo

EdC: do projeto à atuação. A fábrica de azeite “Abbo”

Orientador:
 Prof. Luca Maria Manzi

A monografia se propõe a identificar um novo modo de agir na economia no âmbito da Província de Cúneo. Após analisar o desenvolvimento do projeto EdC nos seus característicos modos de atuação, na segunda parte, a monografia apresenta o caso concreto de uma fábrica de azeite da região de Cúneo, da qual foram compartilhadas as atividades, experimentada a aplicação dos princípios de solidariedade, de comunhão e de colaboração próprios do projeto.

Concluiu-se que o projeto Economia de Comunhão contribui para formar uma cultura empresarial – alicerçada na partilha recíproca – muito útil ao sistema econômico das pequenas e médias empresas, e numa Província rica de empresas artesanais, a maioria fechada aos valores que poderiam trazer uma grande melhoria.

Javier Castillo

castillo861@tutopia.com
 Diploma em Economia
 Universidade Nacional de
 Cuyo, Argentina

A proposta da EdC como ponto de encontro entre a ética e a economia

Orientadores:
 Prof. Roberto Varo
 Prof. Pedro Armando
 Marsonet

A tese procura destacar as mudanças que poderiam transformar a ciência econômica atual e analisa, junto com outras frentes que buscam renovar o modo de atuação da economia atual, o projeto EdC com o objetivo de verificar se seus princípios oferecem um caminho possível de ser percorrido para conciliar a economia com a ética.

O estudo conclui que a proposta da EdC parece estar em sintonia com o paradigma aristotélico prático, no sentido moral, porque coloca à disposição os instrumentos necessários para conciliar ética e economia. A sua presença, seja no campo da elaboração teórica, seja na prática econômica, embora ainda em pequena escala, oferece uma base acadêmica para concretizar tal encontro.



Alessandro Todeschelli



Maria Stella Golinelli



Licia Paglione

Monia Unali

moniaunali@tiscalinnet.it
Diploma em Letras
com orientação antropológica
e sociológica
Faculdade de Letras
e Filosofia
da Universidade de Cagliari

O Capital social Uma leitura antropológica

Orientador:
Prof. Giulio Angioni

O trabalho centraliza a atenção nos aspectos antropológicos que se acredita estarem na base dos processos de acumulação do capital e se articula numa parte histórica, que persegue o conceito de “capital social”, e uma parte analítica, na qual são analisados os fatores individuais que contribuem para a criação do capital social e favorecem, mediante uma sedimentação institucional, processos de acumulação do mesmo.

A tese desemboca em uma análise iluminante do modelo EdC e da matriz cultural que lhe é inerente e que, alicerçados em valores como a reciprocidade, o altruísmo, a racionalidade, a confiança... permitem passar do nível individual ao nível coletivo, no qual o elevado nível de capital social favorece o eficiente desempenho da atividade econômica, política e social.

Licia Paglione

lyx_it@yahoo.it
Diploma em Sociologia
Livre Universidade dos
Estudos de Urbino

Além do lucro, o homem. A Economia de Comunhão

Orientador:
Prof. Giampaolo Giannotti

Após ter analisado sinteticamente os três grandes problemas não solucionados: desigualdade Norte-Sul, crise ambiental, insatisfação pessoal; e as três propostas: empresas sem fins lucrativos, finança ética, comércio igualitário e solidário, percorre-se, no pensamento econômico, as sínteses que levaram ao atual paradigma. Na última parte se descreve a EdC, analisando a consistência do projeto mediante dados numéricos e “histórias de vida” de algumas empresas de EdC, concluindo que é possível explicá-la somente adotando paradigmas mais complexos dos esquemas da atual teoria econômica, que não consegue compreender tais fenômenos porque tenta explicá-los utilizando suas próprias categorias. Dimensões mais ricas, ao invés, permitem uma compreensão mais global da realidade e uma ação mais eficaz.

Tiziana Luisetti

tiziana.luisetti@tiscalinnet.it
Diploma em Economia
Universidade de Cagliari

Ética e Economia: a redefinição das relações entre países desenvolvidos e países em via de desenvolvimento

Orientador:
Prof. Tullio Usai

Esta tese examina a mudança que está ocorrendo na teoria e na prática econômica, seja no âmbito da microeconomia, seja no âmbito da macroeconomia. A partir do pensamento de Amartya Sen em relação ao desenvolvimento global e aos conceitos de egoísmo, altruísmo e cooperação, considera, em particular, as experiências da Escola de Zurique sobre a relacionalidade e a reciprocidade, e aquelas conduzidas pela teoria dos jogos. Observa o desenvolvimento de uma cultura nova que conduz a uma nova abordagem à economia e às finanças, em relação aos países em via de desenvolvimento e ao meio ambiente: o desenvolvimento dos Bancos Éticos e do *Fair Trade*, e de um novo modo de ser empresa – o da economia de Comunhão –; modelos de economia, finança e comércio geralmente mais válidas do que os modelos “tradicionais”.

Donata Modenese

sidorail@libero.it
Diploma em Economia e Comércio
Universidade de Verona

Aspectos evolutivos da EdC: uma pesquisa sobre a dimensão empresarial

Orientador:
Prof. Maria Grazia Totola

Na época contemporânea, assistimos à uma cisão entre economia e ética, que, no passado, eram consideradas inseparáveis.

No entanto, uma visão que considera a pessoa humana como propulsora da atividade econômica, além de estar em consonância com as mais recentes teorias da organização do trabalho, e da qualidade do trabalho e da produção, demonstra-se capaz de promover um desenvolvimento econômico e moral. A EdC se coloca como exemplo de um desenvolvimento econômico que se move nesta direção, inserida na atual lógica de mercado. É nesta perspectiva que foi analisado o caso empresarial.

Ponto de referência mundial
para as teses:

Antonella Ferrucci

A/C Prometheus S/A
Piazza Borgo Pila, 40
16129 - Gênova - Itália
Fone: (+ 39) 010/542011
010/5459820
Fax: (+39) 010/581451
prometheus@interbusiness.it

Annalisa Casilli

annalisacasilli@libero.it
Diploma em Ciências
Econômicas e Bancárias
Universidade de Lecce

Desenvolvimento sustentável e Economia de Comunhão

Orientador:
Prof. Donato Viterbo

Na era da globalização, não se aceita mais o desenvolvimento de poucos que comprometa o desenvolvimento futuro e que não leve em consideração as limitações da natureza: o desenvolvimento de todos e a preservação do planeta é responsabilidade de cada pessoa.

As organizações internacionais, encabeçadas pelas Nações Unidas, levantaram a questão e procuraram soluções para alcançar um desenvolvimento sustentável, mas encontraram dificuldades para identificar soluções compartilhadas por todos: é lugar comum a idéia de que um desenvolvimento sustentável exija uma mudança de cultura.

A cultura da partilha da EdC, habilitada a pensar em termos de universalidade, colocando o homem no centro de tudo, pode ser a “cultura nova” capaz de responder ao desafio lançado pelo desenvolvimento sustentável.

As realizações da EdC, criadas para erradicar a pobreza, utilizam métodos novos de produção e se empenham igualmente na formação de “homens novos” e de uma “nova cultura” que implica na mudança dos padrões de consumo.

Todas as características postuladas pela ONU para um desenvolvimento sustentável.



Monia Unali



Ana Maria Tagliercio



Donata Modenese

EdC na República dos Camarões



Patience Lobé



Em nossa comunidade de Duala, começamos também a ponderar a possibilidade de começarmos uma atividade para ir ao encontro das necessidades dos pobres.

Parecia-nos impossível, em razão dos recursos precários dos quais dispúnhamos. Mas,

lembrando-nos de que, no Brasil, os primeiros que responderam à proposta eram pobres como nós, fomos em frente.

Juntamos um pequeno capital, fruto de algumas atividades econômicas simples e, em dezembro de 1998, começamos a criar galinhas poedeiras. Levamos o negócio adiante proporcionalmente aos meios que possuíamos, sem fazer dívidas para os investimentos. Alugamos uma chácara para criar as galinhas. A primeira Providência chegou de um parente, que nos indicou um terreno num lugar isolado e adequado para a criação. Enquanto criávamos as galinhas nesta chácara alugada, decidimos comprar o terreno, pois o proprietário parcelou o pagamento, permitindo-nos começar a construir enquanto continuávamos a obter receitas com pequenas atividades e com a Providência, que jamais deixou de chegar.

Hoje o projeto está realizado aos 90%, pela compra de 2.650m² do terreno, a construção de dois galinheiros de 200m² cada, um depósito, um local para os funcionários e um furgão para as entregas.

Como não somos especialistas em avicultura, nos documentamos e pedimos conselhos, optando por uma produção de qualidade que não usasse produtos químicos em excesso. Esta escolha, diminui a perspectiva de ganhos. Atualmente, de fato, a produção nos permite cobrir os gastos e manter três funcionários. Ainda não temos lucro, porém a experiência mais interessante neste projeto é o relacionamento entre nós, os acionistas, a administradora – que sou eu – e os empregados.

Como administradora percebi que as empresas EdC não são diferentes das outras apenas no que se refere à destinação dos lucros, mas também no relacionamento com funcionários, com os fornecedores e com os clientes.

O primeiro trabalhador a ser admitido foi um jovem de 20 anos que não tinha experiência e, além do mais, como descobri mais tarde, não tinha um comportamento honesto.

Todas as vezes que decidia despedi-lo, uma voz interior me questionava: «Você o ama?. Todos sabem despedir». Então pedia a Deus – que considero o principal sócio

da empresa – que me mostrasse como agir, encontrando novos modos para controlá-lo.

No entanto, certa vez desapareceu uma grande quantidade de ovos e tinha percebido que repetidamente este jovem se ausentava durante horas da chácara. Esta falta aconteceu no momento em que estávamos nos mudando para a sede definitiva, assim tinha um bom pretexto para despedi-lo, com a consciência tranqüila.

Já havia contratado um outro funcionário e um vigia para a noite, pois o local é isolado. O vigia havia começado o seu trabalho na nova chácara, mas no dia em que transportaríamos as galinhas para a nova sede, junto com o veterinário, com este jovem e com o responsável pelas vendas, nem ele, nem o novo funcionário apareceram.

Trabalhamos até tarde e, apesar do empenho com o qual este jovem trabalhou, tinha a certeza de que deveria despedi-lo. Mas enquanto me perguntava o que fazer com as galinhas, durante a noite, sem vigia, este jovem se ofereceu para ficar sozinho, «Porque – disse ele – não podemos abandonar as galinhas por causa do medo».

Entendi que Deus estava querendo me dar uma boa lição. Ele é o verdadeiro diretor da empresa e é ele que decide. Assim resolvi não despedir este jovem. Ele continuou a trabalhar junto com o novo funcionário, que chegou apenas dois dias depois. O vigia nunca mais voltou.

Alguns meses depois, por um erro técnico do veterinário, foi este jovem que, agindo contra as orientações do veterinário, salvou os pintinhos que corriam o risco de morrer. Deus me levava a entender que deveria mantê-lo conosco, olhando mais às suas qualidades do que aos seus defeitos e amando-o com mais intensidade, para que melhorasse.

Este jovem não rouba mais. Quando surgem dificuldades, ele toma providências antes mesmo que eu peça.

Alguns meses atrás, começaram a morrer várias galinhas. Consultamos um veterinário que afirmava que essas galinhas não estavam doentes.

Este jovem, observando diariamente como as galinhas morriam, descobriu que a causa era a má colocação dos ninhos onde elas punham os ovos: as galinhas que chegavam para depositar os ovos não tinham como se proteger das bicadas das outras.

O moço inventou um sistema para resolver o problema e, desde então, não se deu mais morte de galinhas.

Em relação à venda dos produtos, temos um bom mercado, porém, no início, enfrentamos dificuldades, porque os clientes estavam acostumados com ovos maiores, enquanto a nossa produção é de ovos naturais, pois não forçamos seu aumento de tamanho mediante utilização de aditivos químicos.

Apesar da reclamação dos revendedores, permanecemos fiéis e vencemos! Os clientes que experimentaram os nossos ovos querem continuar a comprá-los: um comerciante queixoso, no final, confessou que na verdade nossos ovos são apreciados, porque são mais naturais.

O equívoco bem-estar – riqueza

Dias atrás, caminhava por Londres, nas movimentadas ruas no coração da City. Bancos, financeiras, sedes de famosas multinacionais e, nas calçadas, pessoas ocupadas, rápidas, sérias. Enquanto caminhava assim, com a cabeça nas nuvens, refletia sobre o sentido de tudo isso. «Para onde estamos indo?» - me perguntava – e de modo especial, como economista, pensava nas razões profundas que animam e conduzem a vida econômica, que, querendo ou não, ocupa tão grande espaço em nossa existência.

A esfera econômica sempre representou na história do homem o espaço no qual, aos poucos, foram se aperfeiçoando as técnicas necessárias a um determinado fim, isto é, a conquista de um bem-estar cada vez maior. Outros aspectos relevantes da vida da pessoa, da sua felicidade, buscavam a própria realização em esferas diferentes: na família, nos clãs, na tradição, na história, no transcendente, etc.

Com o passar dos séculos e com o advento da economia do tipo capitalista, os meios de produção, os sistemas de transporte e de distribuição se tornaram cada vez mais eficazes, aumentado, assim, a riqueza total disponível.

Mas no decurso deste processo de especialização e aperfeiçoamento, a um certo ponto, verificou-se uma guinada radical, em razão da qual as duas entidades conceitualmente separadas, dos meios e dos fins, se fundiram: a produção de riqueza para a conquista de um bem-estar material generalizado tornou-se o fim último da vida econômica. É este fato, na minha opinião, talvez antes mesmo do progresso tecnológico, que define a modernidade da sociedade ocidental com todos os seus desconfortos.

Esta fusão, esta identificação, baseia-se na hipótese segundo a qual a uma maior riqueza, necessariamente, corresponda uma maior felicidade. Esta identidade é verdadeira se consideramos todos os povos que vivem abaixo do limite de subsistência. É claro que se antes uma pessoa não possuía o necessário para comprar alimentos e depois passa a ter o dinheiro para se alimentar, torna-se mais feliz. Não é verdade, porém, que se eu tenho um relógio e ganho um aumento que me dá a possibilidade de comprar outro mais bonito, vou ser mais feliz.

Bem-estar e riqueza, como é fácil intuir, são e devem permanecer dois conceitos extremamente diferentes. Este é o equívoco fundamental que estamos enfrentando, junto com a perda do sentido, a alienação e, principalmente, a fragmentação que cada vez mais dele derivam.

Existem alguns indicadores que diretamente ou indiretamente nos ajudam a fazer uma fotografia que

retrata a população dos países mais “avançados”, mais ou menos felizes, mais ou menos sorridentes. Esses dados indicam claramente que de 1946 a 1992 assistimos a um forte declínio do nível de apreciação subjetiva da qualidade da própria vida. E isso a despeito de um inerente aumento da riqueza disponível.

Vale dizer, quanto mais nos tornamos ricos, menos nos sentimos felizes. Este fenômeno refere-se, de modo particular, ao âmbito da vida familiar, da segurança financeira, da satisfação com o ambiente de trabalho e da vida social de maneira geral.

Aqui não é possível analisar as razões profundas deste fenômeno, mas com um slogan se poderia dizer que «São as pessoas e não o dinheiro que tornam o homem feliz»¹.

Se, a primeira vista, esta máxima pode parecer óbvia, perguntemo-nos por quê, então, chegamos a tal ponto. Na verdade o problema é complexo e está relacionado à questões institucionais, a escolhas políticas e, ao final, a uma particular visão do homem e dos relacionamentos. A economia capitalista criou pressupostos para um crescimento econômico sem precedentes na história da humanidade, um caminho que foi percorrido com entusiasmo, mas talvez além de um limite necessário. Os efeitos colaterais deste modo de se entender a economia, como vimos, nos levaram a (con)fundir os meios com os fins e tornaram as nossas relações cada vez mais anônimas e a nossa vida fragmentada. O outro não tem mais um rosto para o qual podemos olhar. Neste contexto se insere, com toda a sua carga de novidade, a proposta da Economia de Comunhão. Ela não é apenas, como se poderia deduzir superficialmente, um modo de partilhar os lucros das empresas, e também não apenas uma prática para administrar os relacionamentos com os funcionários, com os clientes e com os fornecedores.

Ela encontra sua origem numa exigência mais profunda: a de devolver uma ordem e um sentido à vida inteira do homem, desta forma redirecionando também a atividade econômica, para um fim que não seja o do mero lucro, mas para uma finalidade que, historicamente também lhe é própria: contribuir para uma felicidade mais generalizada.

É interessante perceber como o filósofo Emmanuel Levinas ressalta que, no sentido mais verdadeiro, a economia nasce como a doação, à qual precede, também logicamente, a troca; não pode haver livre troca sem algo para dar.

Desse modo, a economia torna-se novamente um meio que tem por finalidade o sustento dos mais desfavorecidos e, por este caminho, a plena realização da pessoa: empresário, trabalhador, cliente; todos envolvidos neste “círculo de doação”, todos reinseridos num horizonte de sentido.

Desse modo, o outro recupera um rosto e então um mais não será igual a dois, mas, como dizia Chesterton, será igual a dois mil.

1) Lane R. “The Joyless Market Economy”, em Ben-Ner A. e Putternam L. (1998), *Economics, Values and Organisations*, Cambridge University Press, Cambridge; p.461.

Vittorio Pelligra

questograndessasso@tiscalinet.it

Novo livro sobre a EdC

Durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a Editora Cidade Nova Lançou a edição em português do Livro "Economia de Comunhão – Por uma cultura econômica de várias dimensões". Trata-se de um compêndio de escritos e ensaios de Chiara Lubich, Vera Araújo, Alberto Ferrucci, Luigino Bruni, Hans Burkart, Mario Molteni, Benedetto Gui e Stefano Zamagni. Publicamos alguns trechos do prefácio de Luigino Bruni, organizador do livro.

148 pp. • R\$ 15,00

«Quando tive a inspiração de propor a Economia de Comunhão, com certeza não tinha em mente uma teoria. Vejo entretanto que ela chamou a atenção de economistas, de filósofos e de estudiosos de outras disciplinas que encontram nesta nova experiência e nas idéias e nos conceitos a ela subjacentes, profundamente enraizadas na espiritualidade da unidade, motivos de interesse que vão além do Movimento, no qual ela se desenvolveu historicamente».

Com estas palavras encerrava-se a palestra de Chiara Lubich no campus de Piacenza (Itália) da Universidade Católica do Sagrado Coração, que lhe conferiu o grau de Doutor *honoris causa* em Economia.

Este volume dedicado à Economia de Comunhão (EdC) é um testemunho do interesse dos estudiosos de disciplinas econômicas e sociais aos quais Chiara Lubich se referia. Surge dez anos depois da publicação do primeiro volume dedicado à EdC logo após o início do projeto*, apresentando-o e analisando-o sob vários aspectos; um texto que até hoje permanece como um ponto de referência para a reflexão sobre o significado desta experiência.

(...) Abrem o volume três ensaios de caráter introdutório, que dão as coordenadas básicas de todo o livro: a exposição feita em maio de 1999 por Chiara Lubich, em Estrasburgo, uma descrição sintética e límpida do *background* cultural e espiritual da história e das características da EdC, e que constitui um ponto de referência para os outros ensaios. O artigo da socióloga Vera Araújo sobre a cultura e a antropologia subjacentes ao projeto, e o ensaio de Alberto Ferrucci, coordenador do projeto, que analisa esses anos de história da EdC sob a perspectiva dos empresários. O denominador comum das contribuições sucessivas é (...) principalmente de caráter *disciplinar*. Os autores falam sobre a EdC, partindo do horizonte das ciências econômicas, e com a linguagem delas. Isto não significa que os trabalhos deixem de apresentar uma diversidade de abordagens e certa heterogeneidade: vão desde a administração (Hans Burkart) à economia empresarial (Mario Molteni), da história do pensamento econômico (Luigino Bruni) à economia política (Stefano Zamagni, Benedetto Gui). Estes ensaios são, antes de mais nada, uma tentativa de começar a dizer, com a linguagem das ciências econômicas, o que é a EdC, em que consiste a sua especificidade e a sua relação com experiências semelhantes. Em seguida, procura-se submeter a jovem experiência da EdC à crítica e ao cotejo com os instrumentos da ciência econômica, com o objetivo de levantar perguntas latentes, especificar aspectos e propor soluções. Mas, sobretudo, o que vem à tona dos ensaios aqui apresentados — muito embora com diferentes gradações e tons —, é a necessidade de que a ciência econômica amplie o seu ângulo de visão, a fim de que possa compreender e descrever na sua peculiaridade um fenômeno como a EdC.

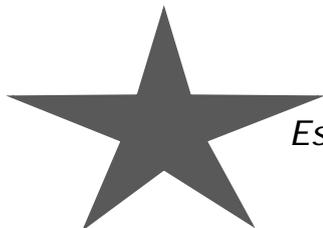
(...) Por fim, quero frisar que os trabalhos apresentados são o fruto de uma troca de experiências vital, frutífera e franca, que, muito embora dentro do respeito das diversas sensibilidades e convicções pessoais, fez com que a pesquisa intelectual se tornasse pouco a pouco uma caminhada de amizade, e, mais precisamente, de "comunhão"; um caminho aberto às contribuições de outros estudiosos (alguns deles ligados à reflexão sobre o projeto de EdC talvez apenas indiretamente, por intermédio do diálogo com alguns dos autores). Também este trabalho de caneta e papel — ou melhor, de *bit* e teclado — gostaria de se inserir, como uma nota em um concerto, na sinfonia composta por todos aqueles que têm trabalhado e trabalham, nas situações mais diversas, em prol de uma economia que seja verdadeiramente "na medida da pessoa". Este livro é dedicado a Siobhan, Connie, Art e Daniel, que acreditaram na "utopia" de uma Economia de comunhão, e recentemente foram aportar na Fonte de toda comunhão.

Luigino Bruni

* Quartana e outros: *Economia de Comunhão: propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a "cultura do dar"*. São Paulo, Cidade Nova, 1992. [2ª ed. rev. e amp., 1998].

M S C – MADEIREIRA

Madeiraira Santa Clara
Beneficiamento e Comércio de Madeira
Rua Demétrio Krupininski, s/n – Vila Feliz
84550-000 – Rebouças – PR – Fone: 424 57-1568



ESTRELA VIAGENS

Estrela São Paulo Agência de Viagens e Turismo Ltda.

NOVO ENDEREÇO E TELEFONE:

R. Dr. Bráulio Gomes, 107 - sala 121 - São Paulo - SP - 01047-020
estrelaviagens@estrelaviagens.com.br
PABX: 11 3256-1200

UNICLÍNICA medicina e psicoterapia

Rua Joseph Tourton, 181
Tamarineira – Recife – PE
52051-110 – Fone: 81 3268-6231

La turica



Moda feminina e
toda a linha infante-juvenil



Fábrica: **Pólo Empresarial Espartaco**
Estrada da Água Espreada, 5450 - Lote 4 - Aguassai - Cotia - SP - 06725-000
Fone: (11) 4611-1125

NOVA LOJA EM SÃO PAULO:
Av. Cruzeiro do Sul, 1.709 - loja 105 - Estação Shopping - (junto ao Metrô Tietê)

**LUNA INFORMÁTICA
E LIVRARIA DO
CONTADOR**



Rua Padre Prudêncio, 200 e sobreloja
Belém - PA - 66019-080
Fone: 91 224-0963
Fax: 91 225-2378



Livraria Alvorada
Comércio de Livros e Artigos Religiosos

Rua XV de Novembro, 3466 - Caixa Postal 25
Guarapuava - PR - 85010-970
Fone: 42 623-5884



Nutrição Enteral - Controle de infecção
Medicamentos

Rua Pará, 1834-B - Portão - Curitiba - PR - 80610-020
Tel/Fax: 41 345-1122 - prodiet@prodiet.com.br

feito por nós

*O que há de melhor da fruta
em doces e geléias.*

Kidelicia Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ: 83.889.584/0001-25

Av. Augusto Meira Filho, 600 - Benevides - PA
Cx. Postal 37 - CEP: 68795-000

Fones: (0**91) 37241061 / 37241502 / 99862011

E-MAIL: feitopornos@terra.com.br